

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

⁺ O TRABALHO ASSOCIATIVO: UTOPIA E/OU MUDANÇA SOCIAL
⁺⁺ Um Estudo de Caso de uma Cooperativa Agrícola
e de uma Comunidade

MIRIAM SIVINI FERREIRA

○ CAMPINA GRANDE
OUTUBRO - 1983*

O TRABALHO ASSOCIATIVO:
UTOPIA E/OU MUDANÇA SOCIAL

Um Estudo de Caso de uma
Cooperativa Agrícola e
de uma Comunidade.

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

O TRABALHO ASSOCIATIVO: UTOPIA E/OU MUDANÇA SOCIAL
Um Estudo de Caso de uma Cooperativa Agrícola
e de uma Comunidade

MIRIAM SIVINI FERREIRA

CAMPINA GRANDE
OUTUBRO - 1983

MIRIAM SIVINI FERREIRA

O TRABALHO ASSOCIATIVO:
UTOPIA E/OU MUDANÇA SOCIAL

Um Estudo de Caso de uma
Cooperativa Agrícola e
de uma Comunidade.

Dissertação apresentada ao Curso
de Mestrado em Sociologia, com
área de concentração em Sociolo-
gia Rural da Universidade Fede-
ral da Paraíba em cumprimento às
exigências para obtenção do grau
de Mestre.

ORIENTADOR: *Charles Michel M. J. Beylier*

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

OUTUBRO - 1983



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

PARECER FINAL DO JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRE

Mirian Sivini Ferreira

Título: O TRABALHO ASSOCIATIVO: UTOPIA OU MUDANÇA SOCIAL. UM ESTUDO DE CASO SOBRE UMA COOPERATIVA E UMA COMUNIDADE.

COMISSÃO EXAMINADORA:

CONCEITO:

CHARLES MICHEL M.J. BEYLIER
-Presidente-

Ch. Beylier Aprovado

JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI
-Doutora-

Aprovado Josefa Salette Barbosa Cavalcanti

MARGOT BARBOSA SHULZE
-Doutora-

Aprovado Margot Barbosa Shulze

LUIS GONZAGA MELO
-Mestre-

Aprovado Luis Melo (D)

Campina Grande 10 de outubro de 1983

A Heber,
Helaine, Heber Jr. e Heline
carinhosamente

AGRADECIMENTOS

Queremos sinceramente externá-los:

- ao Prof. Charles Michel Marie Joseph Beylier, pela orientação profusa em sugestões, análises e construtivos comentários;
- aos membros das Comunidades do Fernandes, Paraíso e Aratuba, especialmente, Senhor, d. Mariquinha e Valquíria;
- aos associados da Cooperativa Agrícola Mista de Esperança, principalmente ao Capitão Araújo e sr. Manoel Matias, que tão gentilmente nos transmitiram suas idéias, experiências e as informações solicitadas;
- ao Pe. Moacir Cordeiro Leite e d. Maria de Jesus Farias pelas conversas informativas e esclarecedoras;
- ao sr. Onildo e d. Albertina pela amizade e presteza com que nos acolheram;
- aos colegas, alunos e funcionários que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho;
- à UFPb que nos possibilitou o tempo necessário para concluí-lo.

RESUMO

O presente estudo partiu da necessidade de uma reflexão mais profunda sobre os trabalhos associativos dos tipos cooperativo e comunitário.

Analísou-se a gênese do Cooperativismo e das Comunidades Eclesiais de Base tentando saber até que ponto a institucionalização do cooperativismo procurou concretizar a utopia que lhe deu origem ou representar um instrumento da classe dominante e até que ponto a utopia dos trabalhos comunitários poderá resistir a uma institucionalização e continuar representando um movimento da classe trabalhadora.

Procurou-se conhecer nos dois tipos de organização, como se processa a educação da consciência dos trabalhadores frente aos problemas gerados pela sociedade em que os respectivos grupos estão inseridos.

Avaliou-se no contexto da sociedade capitalista brasileira, quais as possibilidades e os limites de um movi

mento social associativista, através de uma utopia praticada, introduzir mudanças nessa mesma sociedade.

Para tanto, paralelamente à análise do processo histórico, tomou-se dois exemplos práticos de trabalhos associativos: o cooperativista desenvolvido na Cooperativa Agrícola Mista de Esperança, Paraíba, e o comunitário desenvolvido na Comunidade do Fernandes, em Aratuba, Ceará, onde foram coletados os dados de campo.

Verificou-se que a utopia cooperativista, tanto na Europa como no Brasil, foi destruída para atender aos interesses do capitalismo emergente e que as Comunidades Eclesiais de Base, através das ações comunitárias, tem procurado fugir a uma institucionalização e concretizar sua utopia de libertação.

A educação da consciência dos trabalhadores observou-se existir somente nas ações comunitárias permanecendo os trabalhadores ligados à cooperativa em sua condição de alienação e subordinação aos interesses dos detentores do poder.

Um movimento associativista tem encontrado algum espaço, se bem que limitado, para se desenvolver no contexto da sociedade brasileira e através de uma utopia praticada, a ação comunitária pode ser tomada como instrumento de mudança.

3, 4 e 5

S U M Á R I O

	Pág.
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	01
1.1 - O Problema e sua Importância	02
1.2 - Objetivos	08
1.3 - A Área de Esperança	09
1.4 - A Cooperativa Agrícola Mista de Esperança	11
1.5 - A Área de Aratuba	15
1.6 - A Comunidade do Fernandes	17
 CAPÍTULO II - METODOLOGIA DO TRABALHO	 22
 CAPÍTULO III - ORIENTAÇÃO TEÓRICA	 27
3.1 - Utopia e/ou Mudança Social	28
3.2 - O Cooperativismo e a Ação Comunitária como Utopias e/ou Instrumentos de Mudança Social	35
 CAPÍTULO IV - GÊNESE HISTÓRICA	 42
4.1 - Cooperativismo	43
4.1.1 - Distinção e Complementariedade entre Doutrina e Teoria	43
4.1.2 - Bases Teórico-Doutrinárias.	45
4.1.3 - Evolução Histórica do Coope	45

	Pág.
ativismo	48
4.1.4 - O Cooperativismo no Brasil	55
4.1.5 - O Cooperativismo no Nordeste	62
4.2 - Comunidades	64
4.2.1 - A Teoria Sociológica e o Conceito de Comunidade ...	64
4.2.2 - As Comunidades Eclesiais de Base	68
4.2.3 - Desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base ..	70
4.2.4 - A Metodologia das Comunidades Eclesiais de Base	71
4.2.5 - A Prática das Comunidades Eclesiais de Base	73
CAPÍTULO V - RESULTADOS E DISCUSSÃO	76
CONCLUSÕES	96
LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS	100
ANEXOS	102
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	110

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Os trabalhos associativos de um modo geral têm despertado o interesse de alguns estudiosos e têm sido enfocados sob diferentes ângulos.

Entre os diversos tipos de associativismo, encontram-se os trabalhos cooperativos desenvolvidos pelo sistema cooperativista e os trabalhos comunitários desenvolvidos pelas Comunidades Eclesiais de Base.

Nas últimas décadas, estudos sobre o cooperativismo têm sido realizados, tanto sobre sua doutrina quanto, embora em menor número, sobre ângulos econômicos e sociológicos.

Entretanto, sobre os trabalhos comunitários pouco tem sido feito o que justifica a importância dessa pesquisa.

Numa abordagem sociológica, tentamos estudar nas duas formas de organização, o papel da institucionalização como elemento cristalizador de uma utopia praticada, a

relevância do conceito de classe social neste processo, a formação de uma consciência individual e/ou coletiva e a importância de uma utopia como elemento gerador de mudança.

De forma sumária pode-se dizer que o cooperativismo, criado na Europa à época da sociedade capitalista iniciante, visava atenuar ou suprimir os desequilíbrios sócio-econômicos gerados a partir do liberalismo econômico vigente.

Implantado no Brasil sob o modelo europeu, o cooperativismo tentava alcançar, através do esforço conjunto de pequenos produtores, uma melhoria de suas condições econômicas frente aos interesses da classe detentora do poder.

Porém, os pequenos grupos que se formaram não conseguiram impor-se como estrutura econômica estável e independente em relação ao poder econômico.

O incipiente cooperativismo no contexto sócio-econômico em vigor, tornou-se um movimento dependente da classe dominante.

Sendo o modelo de acumulação brasileiro caracterizado pelo desenvolvimento desigual da sociedade também o cooperativismo acha-se condicionado a essa diferenciação encontrando-se concentrado nas regiões mais desenvolvidas do país. Isso acontece, por estarem nessas regiões os sub-setores mais dinâmicos da agricultura brasileira privilegiados por um conjunto de políticas e estímulos que visam a acumulação de capital enquanto nas demais regiões, salvo algumas situações específicas, apresenta-se pouco desenvolvido e deficiente, não despertando interesse para a implementação de uma política agrícola.⁽¹⁾

(1) SCHNEIDER, João Elmo. Desenvolvimento Capitalista e Cooperativismo no Brasil. Centro de Estudos e Pesquisas Rurais - CEPER. Brasília, 1979. p. 5.

O projeto cooperativo enquanto instrumento de desenvolvimento rural e mudança social no Brasil mostra-se inadequado em virtude dos condicionamentos estruturais que pesam sobre a ação cooperativa concreta, condicionamentos esses, oriundos de uma estrutura fundiária altamente concentrada e das relações de poder que daí decorrem.

Apesar disto e por ser um cooperativismo tipicamente individualista, voltado para os interesses de um grupo minoritário da sociedade, diferindo portanto do proposto pelos pioneiros, continua sendo difundido e caracterizado como capaz de transformar uma sociedade baseada na competição e lucro em uma sociedade baseada na cooperação e ajuda mútua.⁽²⁾

Sabemos entretanto a distância que existe entre os princípios propostos e os aplicados. Aqui o cooperativismo, embora tendo surgido da classe trabalhadora não a representou por muito tempo.

Tem sido implantado de acordo com os interesses da classe dominante, sem nenhuma participação efetiva da classe trabalhadora que é marginalizada de todo o processo produtivo do país. Isso pode ser explicado pela própria necessidade que tem o sistema de gerar e perpetuar desequilíbrios estruturais para reproduzir-se.

Assim, a proposição inicial dos pioneiros no contexto brasileiro tomou a forma de uma instituição que perdeu o dinamismo contestador da utopia na medida em que não possuindo força para efetuar mudanças na sociedade, o cooperativismo tende a reproduzir e reforçar a estrutura vigente.

Mesmo podendo ser considerado uma utopia, mesmo distanciado da realidade concreta e chegando a reproduzir e

(2) SCHNEIDER, João Elmo. O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso brasileiro, in Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. Cortez Editora. São Paulo, 1981. p. 11.

reforçar a estrutura de poder, o cooperativismo tem sido difundido e tem desempenhado papel importante na motivação das populações agrícolas e na transição da comunidade para a sociedade.⁽³⁾

Por outro lado, autores tem procurado mostrar que está havendo uma nova procura pelos agrupamentos comunitários como forma de unir e fortalecer o homem do campo na tentativa de amenizar ou solucionar seus problemas de marginalidade e espoliação.

Analisando-se a gênese do proletariado rural observa-se na sua transição, configurações não só econômicas, sociais e políticas, mas modificações dos valores culturais e dos padrões de comportamento individuais e coletivos que são caracterizados como "um processo que se dá por intermédio de crises e movimentos como o messianismo, o cangaço, a liga camponesa e o sindicato rural que se instalam em função das modificações nas relações sociais de produção e pela insatisfação dos trabalhadores às suas próprias condições de vida".⁽⁴⁾

Tem-se observado através da história que os movimentos da classe trabalhadora quando assumem proporções que possam vir a comprometer a ordem vigente, são considerados ilegais ou são incorporados à própria ação governamental esvaziando o seu conteúdo político.

Assim, o sindicalismo que até 1931 não era permitido, foi nessa época regularizado e enquadrado no sistema político-administrativo estatal adquirindo novo conteúdo político de conformidade com interesses que fugiam ao controle

(3) PINHO, Diva Benevides. A Doutrina Cooperativa e a Problemática do Desenvolvimento Econômico, *in* A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. Coletânea publicada com a colaboração da Fundação Friedrich Naumann, Bonn - Alemanha. São Paulo, 1973. p. 40.

(4) IANNI, Octávio. Relações de Produção e Proletariado Rural, *in* Vida Rural e Mudança Social. Editora Nacional. São Paulo, 1976. p. 156.

da classe trabalhadora. (5)

A Igreja muito colaborou na formação de sindicatos. Não só deu-lhes apoio moral e material como impulsionou o movimento no início da década de 60 nas áreas rurais. Porém, mais uma vez a organização que lutava para representar a classe operária viu-se com o golpe militar de 64, sob intervenção e transformada em entidades assistenciais.

Mas a classe não desiste, a cada dia, apesar das repressões impostas pela ideologia da classe dominante que tenta imprimir sua visão de mundo às classes dominadas, estas procuram novas formas de organização e encontram na Igreja, por fugir do controle do Estado, o espaço que necessitam.

Neste contexto a Igreja busca hoje melhores condições de vida para o homem através dos trabalhos comunitários gerados pelas Comunidades Eclesiais de Base.

As Comunidades Eclesiais de Base tiveram sua origem na América Latina como a formalização prática das propostas de Medellín (1968) e Puebla (1979) que almejavam um modelo eclesial baseado na teologia da libertação. (6)

No Brasil, essas organizações associativas do tipo comunitário, começaram a desenvolver-se a partir de 1962, porém já vinham sendo pensadas desde a fundação da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros - CNBB, em 1956, por sua iniciativa, à procura de uma renovação da Igreja, onde o homem viveria e não apenas faria parte dela.

Inicialmente seus objetivos práticos consistiam na evangelização comunitária, na educação de base e na renovação da pastoral paroquial.

(5) IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1977. p.37

(6) MARINS, José. Puebla e as Comunidades Eclesiais de Base. Edições Paulinas nº 12. São Paulo, 1980. p.31

Em estudos recentes, MELO⁽⁷⁾ cita que as Comunidades Eclesiais de Base já são em número superior a 80 mil e PIERUCCI⁽⁸⁾ diz que no final de 1981 "Jarbas Passarinho deu o alarme: as Comunidades Eclesiais de Base já são 200 mil".

Não se consegue mais que estimativas, compreendendo, desde as que se ocupam de um trabalho simplesmente catequético até as que se comprometem com o processo de mudanças estruturais, localizando-se 60 % delas na zona rural.

Os trabalhos associativos comunitários gerados pelas Comunidades Eclesiais de Base e que nos interessam neste estudo, surgem da própria comunidade envolvida com a orientação da Igreja que reconhece a alienação do povo, a sua marginalização e impotência e busca dar-lhe consciência e responsabilidade, melhorando suas condições de vida a partir dos seus problemas concretos, alcançando uma libertação.

Essa conscientização pode ser política em potencial e GUIMARÃES⁽⁹⁾ afirma que proporciona "enxergar as condições miseráveis de vida das pessoas fazendo nascer o desejo de transformar a sociedade, gerando dinamismo de ação e vontade de agir e ser".

Apesar do mesmo contexto sócio-econômico e político e de ter como base também a associação e a ajuda mútua, o trabalho comunitário diverge hoje radicalmente do trabalho cooperativo, não pela sua gênese mas em sua prática.

Pretende-se com êle introduzir mudanças estruturais na sociedade e mais uma vez presume-se ser utópico no

(7) MELO, Luiz Gonzaga. Ideologia Dominada, Ideologia Dominante e Consciência de Classe: um Estudo de Caso sobre Comunidades Eclesiais de Base. Dissertação de Mestrado (mimeo). Campina Grande - Paraíba, 1981. p. 15.

(8) PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira. Comunidades Eclesiais: Origens e Desenvolvimento. Novos Estudos CEBRAP, vol. 1, abril. São Paulo, 1982, p. 48.

(9) GUIMARÃES, Almir Ribeiro. Comunidades de Base no Brasil. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 1978, p. 42.

sentido de não possuir a força necessária para modificar o sistema vigente, entretanto, observa-se que o trabalho não se desenvolve à margem da comunidade local, mas inserido nela e modificando-a sem reforçar a estrutura de poder, porém a ela procurando contrapor-se.

OBJETIVOS

O presente estudo está voltado para a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre os trabalhos associativos dos tipos cooperativo e comunitário, ambos baseados na ajuda mútua e oriundos de uma utopia que buscava mudanças sociais.

Para tanto três pontos fundamentais serão enfocados.

Primeiramente procuraremos analisar a gênese das respectivas matrizes, do Cooperativismo e das Comunidades Eclesiais de Base, buscando saber até que ponto a institucionalização do cooperativismo procurou concretizar a utopia que lhe deu origem ou representar um instrumento da classe dominante e, até que ponto a utopia dos trabalhos comunitários poderá resistir a uma institucionalização e continuar representando um movimento da classe trabalhadora.

Num segundo momento tentaremos conhecer nos dois tipos de organização, como se processa a educação da consciência dos trabalhadores frente aos problemas gerados pela sociedade em que os respectivos grupos estão inseridos.

Por fim, no contexto da sociedade capitalista brasileira, procuraremos ver quais são as possibilidades e os limites de um movimento social associativista, através de uma utopia praticada, transformar essa mesma sociedade.

A ÁREA DE ESPERANÇA

O Município de Esperança fica localizado na Região Agreste da Borborema, Estado da Paraíba, que é composta de mais onze municípios, como sejam: Areial, Campina Grande, Fagundes, Lagoa Seca, Massaranduba, Montadas, Pocinhos, Puxinanã, Queimadas, Remígio e Solânea.

De acordo com o Censo de 1980 a área total do município é de 87 Km² com uma temperatura média de 22°C e uma população de 23.936 habitantes, sendo 13.097 localizados na área urbana e 10.839 na área rural.⁽¹⁰⁾

As principais atividades econômicas do município são a pecuária, a agricultura e o comércio, sendo este o responsável pelo crescimento do município.

O comércio de Esperança é variado e considerado de porte médio. É composto de 4 estabelecimentos bancários, 38 restaurantes, bares, botequins e semelhantes e 134 casas comerciais, entre estas, super-mercados, mercearias, grosso e varejo, eletro-domésticos, ferragens, tecidos, comércio em geral, além do comércio de gado.⁽¹¹⁾

A agricultura, quando não há o problema da seca, contribui muito para a renda do município.

O principal produto da agricultura de Esperança é a mandioca que é industrializada em pequenas casas de farinha pelos maiores produtores, seguida da batatinha, feijão, milho, algodão, banana, laranja e algumas hortaliças.

A produção animal também contribui com o municí -

(10) IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Setor Regional - Areia-Paraíba. 1980.

(11) IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Setor Regional - Areia-Paraíba. 1980.

pio existindo aí, 5.800 cabeças de bovinos, 950 suínos, 1.600 caprinos e 1.400 ovinos, sendo utilizada para o corte⁽¹²⁾. A criação de aves é de 17.900 cabeças entre galinhas, patos e perus, visando tanto o auto-consumo como o mercado local e circunvizinho.

A estrutura fundiária da região baseia-se em minifúndios e Esperança é um reflexo do quadro regional que de acordo com os dados do IBGE-1980 apresenta-se da seguinte forma: 1.843 minifúndios com menos de 10 ha; 173 entre 10 e 100 ha; 21 entre 100 e 1.000 ha e apenas 3 com mais de 1.000 ha; existindo ainda 2.040 estabelecimentos agrícolas.

Como se constata pelos dados acima, o município se caracteriza por pequenos e médios produtores.

A estrutura social do município encontra-se estratificada em três camadas.

Uma camada dominante formada pelo poder político, médios produtores e comerciantes, observando-se que há uma acumulação de atividades entre eles, ou seja, o político é também comerciante de gado, o comerciante é também produtor o que coloca um pequeno grupo como detentor do poder local.

Uma segunda camada encontram-se bancários, pequenos comerciantes, professores, etc. e por fim uma camada caracterizada pela total dominação econômico-político-social.

Para eles a sociedade está dividida em ricos, pobres e miseráveis, como afirma um entrevistado, estando nesta categoria os que não possuem terra ou meios de manter sua subsistência.

(12) IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Setor Regional - Areia - Paraíba, 1980.

A COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE ESPERANÇA

A Cooperativa Agrícola Mista de Esperança Ltda. foi fundada a 18 de abril de 1951 por um grupo de agricultores proprietários que, reunidos, acharam que a criação de uma cooperativa viria beneficiar economicamente a região e o município.

Teriam com a cooperativa uma organização capaz de, fortalecer a classe produtora eliminando o intermediário, facilitar o transporte de mercadorias e revenda de produtos agrícolas e veterinários.

Embora afirmem os entrevistados que é política do governo criar cooperativas onde haja interesse de proprietários em melhorar as condições econômicas locais, convem salientar que em Esperança, um dos produtores envolvidos na criação da cooperativa candidatou-se algum tempo depois a prefeito do município do que se pressupõe haver, além dos motivos econômicos da região e município, da política governamental, interesses políticos pessoais ou de grupo.

A cooperativa desde sua fundação até hoje é composta de pequenos e médios produtores, tanto no quadro de associados como em sua diretoria.

Observa-se, como seria de se esperar, que a diretoria é composta de alguns elementos, principalmente nas posições-chaves, que desfrutam de posição privilegiada na estratificação social da própria sociedade local. Entretanto encontram-se também, compondo a diretoria, como conselheiros, pequenos produtores e, de um modo geral, no interior da cooperativa não se tem informação nem observou-se, discriminação com relação ao atendimento ou tratamento entre os diferentes tipos de associado. Há de se convir, contudo, que as decisões estão nas mãos de um pequeno grupo de elite, grupo que possui maiores interesses em jogo, que possui o poder

econômico do município e que tem um mínimo de condições para gerir a cooperativa.

Os objetivos formais da cooperativa visam a defesa econômico-social dos seus associados por meio da ajuda mútua, procurando manter as seguintes operações: 1) compras em comum; 2) vendas em comum; 3) consumo; tendo em sua área de jurisdição os municípios de Esperança, Areial, Pocinhos, Remígio, Alagoa Nova e Alagoa de Roça.

Essas operações de acordo com o Estatuto compreendem na íntegra:

Art. 9º - Na Secção de Compras em Comum, a Cooperativa abastecerá os seus associados de animais de serviços e de criação, plantas vivas, mudas, sementes, adubos, inseticidas, máquinas e instrumentos agrários e outras matérias primas ou fabricadas, úteis à lavoura ou a criação, sem intuito de revenda.

Art. 10º - Na Secção de Vendas em Comum, a Sociedade proporcionará coletivamente a defesa comercial dos produtos colhidos ou elaborados por seus associados, lavradores ou criadores, por êles trazidos à Cooperativa, a fim de ser promovida a sua venda nos mercados de Consumo ou nos de exportação, depois de beneficiados, quando fôr o caso.

Parágrafo Único - Observando o disposto neste artigo, a cooperativa poderá registrar-se como Armazém Geral e nessa condição, expedir "Conhecimentos de Depósitos" e "Warrants" para os produtos de seus associados conservados em seus armazéns, próprios ou arrendados, sem prejuízo da emissão de outros títulos decorrentes de suas atividades normais, aplicando-se no que couber, a legislação específica.

Art. 11º - Na Secção de Consumo, a Cooperativa manterá um armazém para fornecimento dos seus associados, de gêneros de alimentação, do vestuário e outros artigos de uso e consumo pessoal, da família e do lar.

Art. 12º - A Cooperativa poderá ainda fornecer bens e serviços a não associados desde que tal concessão não fuja aos seus objetivos e seja do interesse social.

Parágrafo Único - O disposto no presente artigo será aplicado de conformidade com a lei, observadas as normas e resoluções do órgão normativo competente.

Art. 13º - Para cumprimento dos objetivos definidos no presente capítulo, a Cooperativa poderá firmar Convênios com pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, contratar e obter recursos junto a estabelecimentos federais e estaduais de crédito.

Na prática, a cooperativa compra para o posto de revenda, instrumentos agrícolas (pá, enxada, carroça, etc.); produtos veterinários destinados à criação de bovinos, suínos, caprinos, ovinos e aves, cimento, rações balanceadas e sementes selecionadas de algodão. Essas compras são efetuadas a firmas localizadas em Recife, Fortaleza, Natal, Rio de Janeiro e São Paulo, através de seus representantes. Os produtos são vendidos aos associados e não associados em virtude das necessidades econômicas atuais da cooperativa.

A cooperativa apesar de fundada em 1951 não desenvolveu-se como o esperado chegando a diretoria de 1978 à entrega de seu patrimônio, praticamente extinguindo-a. Alegam os que estão em seu quadro de associados desde a fundação que a cooperativa chegou àquela situação em virtude da má administração e desinteresse dos dirigentes em fazer a cooperativa crescer através de movimento bancário, pequeno comércio, aumento do número de associados e luta contra o intermediário que ganhava sempre a concorrência.

A crise de 1978 não desanimou os produtores locais. Voltaram a reunir-se e defender a idéia de que a cooperativa em Esperança beneficiaria a economia local. Formaram em 1979 uma diretoria provisória para reerguer a cooperativa tendo como presidente o Cap. Antonio José de Araújo tendo

sido posteriormente eleito em Assembléia, conforme estatuto, permanecendo até hoje.

A cooperativa tem crescido a partir daí, apesar de não possuir ainda condições para realizar a comercialização da produção dos agricultores. Isso acontece em virtude de não haver local adequado para receber a mercadoria dos associados que é comercializada aos atacadistas locais e circunvizinhos. Contudo, desde 1981 recebe o algodão dos associados para a revenda no mercado e planeja para 1984 receber a batatinha.

O crescimento da cooperativa deve-se a tres principais fatores. O primeiro está ligado à própria administração que tem se empenhado em conseguir convênios com órgãos governamentais e colocar à disposição dos associados e outros consumidores, as mercadorias que são mais procuradas, dinamizando assim o comércio interno. O segundo advém da ajuda financeira que tem recebido da SUDENE, Secretaria da Agricultura e Polo Nordeste, através de convênios que já permitiram a reconstrução do prédio onde funciona, a compra de um caminhão, um trator e um automóvel. O caminhão serve para o transporte de cargas da própria cooperativa e do associado que paga uma taxa para cobrir as despesas de combustível. O trator é usado para cortar as terras dos agricultores a preço mais acessível que na cidade. O automóvel foi adquirido para a realização de pequenos negócios e participação da diretoria em reuniões. Por último, tem sido responsável pelo crescimento da cooperativa, o aumento do número de associados que, embora para a diretoria ainda não seja o satisfatório, faz-se notar. Em março de 1980 eram 220, em março de 1982, 353 e em março de 1983, 540.

No que se refere ao crédito bancário que os agricultores tanto anseiam conseguir através do aval da organização, ainda não pode ser efetuado. A insuficiência de capital da própria cooperativa é o ponto crítico. A diretoria tem lutado para alcançar o teto exigido pelos bancos, inclusive divulgando o fato aos associados incentivando-os a uma

maior participação nas compras e no aumento do número de sócios e de capital.

Em 1982, a cooperativa conseguiu do governo municipal, um terreno de 1 ha no povoado de Gravatazinho, para a construção de uma unidade de beneficiamento de mandioca visando receber a produção de mandioca dos associados e de demais produtores do município e da região. A modernização do sistema ora utilizado no município repercute de forma positiva no crescimento da cooperativa e na economia da região uma vez que alcança o mercado consumidor do Nordeste.

O projeto conseguiu apoio do Governo Estadual através da Secretaria da Agricultura, sendo construído um prédio de 20 x 17 m, eletrificado, com quatro fornos, podendo beneficiar 10.000 kg de mandioca por dia.

Os associados da cooperativa, hoje aproximadamente 600, são em sua maioria pequenos proprietários e juntamente com os produtores de maior porte, procuram melhorar suas condições econômicas. Por enquanto desfrutam do setor de vendas esperando poder colocar seus produtos agrícolas na cooperativa para a devida comercialização e aguardam o momento de poder beneficiar-se de algum repasse bancário. Contudo não têm nenhuma condição de pensar ou buscar mudanças que ultrapassem o nível individual e levem a mudanças na estrutura da sociedade.

A ÁREA DE ARATUBA

O Município de Aratuba encontra-se localizado no chamado Maciço de Baturité que possui aproximadamente 3 mil km², englobando mais nove municípios: Redenção, Aracoiaba, Baturité, Palmácia, Pacote, Guaramiranga, Mulungú, Itaipuna e Capistrano. Juntos formam a Microregião Serra de Baturité que tem seu ponto mais elevado em Pico Alto, no Município de Guaramiranga, com 1.115 m sendo seguido por Aratuba com 945 m.

A temperatura média anual da Serra é de 24° C, encontrando-se a mais elevada em Redenção, 29,5° C e a mais baixa em Aratuba, 19,5° C. (13)

A área total de Aratuba é de 165 Km² e sua população é de 13.193 habitantes, apresentando-se mais concentrada no setor primário evidenciando a predominância das atividades rurais sobre as urbanas, no município. (14)

A principal atividade econômica da população é a agricultura. Produzem banana, cana-de-açúcar, alho, mandioca e tomate, além de hortaliças em geral, feijão e milho. A produção é comercializada em Fortaleza através dos "maiores" produtores ou dos intermediários que de modo geral vêm buscá-la em seus próprios caminhões. O comércio é insignificante, possuindo 1 farmácia, 1 loja de tecidos, 2 padarias, 4 mercearias e 1 hospedaria.

De acordo com os dados cadastrais do INCRA, o Estado do Ceará tem uma área de 12.468.270 ha ocupada por imóveis rurais. Em Aratuba a área ocupada com imóveis rurais é de 15.763 ha sendo 2.519 ha com minifúndios, 122 ha com empresas rurais e 13.122 ha com latifúndios.

Apesar dos dados acima terem caráter oficial o que constatou-se "in loco", em Aratuba, foi a predominância de uma estrutura fundiária baseada em minifúndios e os dados da Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará-SUDEC mostram que dos 627 estabelecimentos rurais, 403 tem menos de 10 ha e apenas 3 tem uma área superior a 500 ha e inferior a 1.000 ha.

A sociedade de Aratuba apresenta-se estratificada da seguinte forma: uma camada mais elevada representada pelo poder político local e médios produtores; uma camada interme

(13) SUDEC - Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará. Fortaleza. 1979. p. 18.

(14) SUDEC - Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará. Fortaleza. 1979. p. 18.

diária composta de pequenos comerciantes que também são pequenos produtores e uma terceira formada pelos agricultores, pequenos proprietários, arrendatários, meeiros e assalariados. É interessante a estratificação da sociedade vista por alguns pequenos proprietários:

"em Aratuba tem os ricos e os pobres, sô que tem tres tipos de pobre: nôs que tem a terra e pode comer o que planta; os que num tem terra, mas tem ainda o que comer e os que vive da miséria do patrão".

A COMUNIDADE DO FERNANDES

A Comunidade do Fernandes é uma das primeiras criadas na serra, por volta de 1964, possuindo 150 ha. Abri- ga 48 famílias, todos pequenos proprietários, trabalhando por conta própria, fato que no contexto geral, é um privilégio. Essa terra foi adquirida através de herança e nela não há limites internos de "minha e sua propriedade". Há os limites da casa e do roçado que cada família possui, os dois tendo sido determinados por escolha da família ou pelas próprias circunstâncias de quem chegou primeiro ou depois.

A unidade familiar, composta de pais, filhos e parentes que habitam a mesma casa, é responsável pela produção de sua subsistência, vivendo da agricultura, plantando milho, feijão e hortaliças. Alguns criam galinhas, porcos e às vezes cabras no que chegam a desfrutar de ovos, carne e leite para seu consumo. A sobra da produção agrícola, principalmente as hortaliças, é comercializada com os intermediários vindos de Fortaleza que aparecem quando se aproxima a época da colheita e como diz uma entrevistada:

"vêm de mansinho, bem amigo, até

que compra tudo por pouco mais ou nada, depois nem conhece nós".

A comunidade possui um roçado comunitário, geralmente localizado numa terra mais fértil. O trabalho desenvolve-se com a participação de algumas famílias voluntárias que trabalham em grupo, revezando-se diariamente. A plantação é a mesma da comunidade sendo o produto dividido equitativamente em função das famílias envolvidas. O produto não perecível é armazenado em depósitos até o momento adequado à comercialização e as verduras são vendidas, pelas próprias famílias, aos intermediários que vêm de Fortaleza em seus caminhões e levam a mercadoria para a CEASA.

Há uns dois anos iniciaram uma farmácia comunitária onde cada associado adulto paga uma taxa mensal de Cr\$ 30,00 e um sócio vai quando necessário, a Fortaleza, comprar os medicamentos que são basicamente, mercúrio-cromo, algodão magnésia, analgésicos, anti-térmicos, vermífugos, xaropes e fortificantes. Entre os membros da comunidade, um elemento, que pode ser voluntário ou escolhido pelo grupo, assume a responsabilidade de responder pela organização e funcionamento da farmácia, sendo a caixa especificamente para esse fim. É interessante observar que na comunidade estudada o elemento responsável pela farmácia comunitária é analfabeto. Contudo possui um discernimento impressionante. Tem um caderno de anotações onde todas as ocorrências são documentadas e explica:

"num sei ler nem escrever, mas tenho tudo anotado; peço ao povo que sabe. A farmacinha é de todos e todos tem que ajudar. Quando eu morrer num tem dúvida sobre nada, tá tudo aqui anotado".

rinha" de frutas e verduras localizada na Comunidade de Aratuba. Com a feirinha visam comercializar diretamente sua produção e abastecer o mercado do município. Em virtude dos altos impostos cobrados pela prefeitura no governo anterior a 1979, a feira livre de Aratuba foi extinta deixando a população sem opção de compra. Alguns comerciantes(merceeiros) vendem um pouco de carne à porta da mercearia, mas verduras não são encontradas no comércio. A Comunidade do Fernandes pretende fazer um trabalho prévio de divulgação do valor nutritivo de determinadas verduras para em seguida lança-las no mercado consumidor.

O trabalho nessa comunidade surgiu a partir do cotidiano, do principal problema e que na ocasião era a falta de escola.

Na região é de praxe ser iniciado o trabalho comunitário com a presença do padre ou agente pastoral levantando os principais problemas e orientando nas suas possíveis soluções.

A falta de escola no Fernandes foi o despertar para a "luta" que teria pela frente a fim de tentar vencer as dificuldades, as falsas promessas, as explorações. Os conflitos foram muitos. O exemplo abaixo reflete um pouco dessa luta: a municipalidade prometeu que se fizessem os tijolos teriam telhas e madeira para a cobertura da escola. A madeira não foi cedida e eles tiveram que cortá-la e transportá-la nas costas. Receberam as telhas, após muitos apelos, idas e vindas, há 2 km de distância da escola, tendo que transportá-las em mutirão de homens, mulheres e crianças, aos sábados e domingos ao som dos cânticos religiosos que os conforta e parece dar mais força. A escola pronta surge o prefeito para dar-lhe o nome de sua esposa. Os agricultores, algum tempo mais tarde, já conscientes, decidiram em reunião que a escola

"era fruto do nosso suor e nós mudamos seu nome".

Os assuntos e problemas surgidos são discutidos e resolvidos em reuniões de comunidade, com a participação de homens, mulheres e crianças, indistintamente, sempre que houver necessidade.

Essas reuniões são coordenadas por um dos membros, escolhido na ocasião, sem que o fato traga queixa aos demais.

Não há reuniões específicas para homens, mulheres ou crianças e observa-se que todos têm o direito de solicitar uma reunião e todos demonstram interesse pelos problemas suscitados na comunidade.

Contudo há reuniões específicas para tratar determinados assuntos, essas com elementos de todas as comunidades do município, obedecendo ao seguinte cronograma:

1^º sábados de cada mês - reunião sobre sindicatos: o que é, como deve ser, a atuação presente, etc;

2^º sábados de cada mês - reunião de pais e mestres: troca de idéias, soluções para determinada questão, etc;

3^º e 4^º domingos de cada mês - reunião de comunidades: representantes das diversas comunidades trazem os problemas de suas comunidades para serem discutidos e solucionados em conjunto;

2^ª sextas-feiras de cada mês - reunião de educação política: atuação do governo municipal, o que é o voto, a quem se deve dar o voto, compra de voto, objetivos dos partidos, etc.

O trabalho comunitário conforme seus depoimentos

tem melhorado suas vidas em todos os sentidos e esperam venha a melhorar ainda mais, quando alcançar mudanças mais amplas no contexto da sociedade.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA DO TRABALHO

METODOLOGIA DO TRABALHO

A pesquisa teve início após alguma permanência nos dois locais estudados, a Cooperativa Agrícola Mista de Esperança, na Paraíba e a Comunidade do Fernandes, no Ceará, para observação informal.

Na cooperativa, pela proximidade de Campina Grande, as observações informais foram semanais, durante cinco semanas, preferencialmente aos sábados por ser o dia da feira local e trazer muitos associados à cooperativa.

Na Comunidade do Fernandes, pela distância de Campina Grande as observações foram realizadas durante o período de oito dias consecutivos de permanência no local.

Essas observações informais serviram para uma maior aproximação com os informantes quebrando uma possível inibição que é inevitável, a menos que o investigador omita ao grupo, o seu papel e os seus propósitos. ⁽¹⁵⁾

(15) GOOD, William J. e HATT, Paul K. Métodos em Pesquisa Social. Com. Editora Nacional. São Paulo, 1972. p. 158.

O trabalho não esteve alicerçado em hipóteses formuladas a partir de um quadro de referência teórico previamente definido e são dispensáveis por tratar-se de uma pesquisa exploratória.⁽¹⁶⁾ Usamos o termo exploratório no sentido de ser um primeiro passo para um conhecimento mais profundo sobre o assunto que até o momento não foi abordado sob o ângulo proposto.

A população do presente estudo constituiu-se dos sociados da Cooperativa Agrícola Mista de Esperança e dos habitantes da Comunidade do Fernandes.

A amostra com que trabalhamos para a coleta de dados foi aleatória simples, em ambos os casos, a partir das fichas cadastrais dos associados da cooperativa e da relação dos chefes de família da Comunidade do Fernandes.⁽¹⁷⁾

Além desses, compuseram também a amostra alguns informantes-chave como membros da diretoria, contador e sócios fundadores da cooperativa; pároco, prefeito, vereador, médico do hospital e fundadores das comunidades.

Na cooperativa, à época da coleta de dados havia 353 associados sendo sorteados 35 o que equivale a 10% e na comunidade que é composta de 48 famílias, foram sorteados 10 chefes de família, o equivalente a 20%, totalizando com os informantes-chave, 55 entrevistas.

As amostras não são proporcionais, porém, ambas são representativas e adequadas aos objetivos propostos.

A escolha da Cooperativa de Esperança e da Comunidade do Fernandes como áreas de estudo deveu-se a algumas semelhanças entre as duas: 1) foram criadas a partir da intenção de agricultores para "resolver" seus problemas; 2) são

(16) SELTZ, C. e outros. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1967. p. 252.

(17) SIEGEL, Sidney. Estatística não Paramétrica para as Ciências do Comportamento. Editora McGraw-Hill do Brasil. São Paulo, 1975. p. 8.

compostas, em sua maioria, de pequenos proprietários e 3) têm alguns anos de experiência.

A coleta de dados obedeceu a seguinte ordem: 1) levantamento bibliográfico; 2) levantamento de dados secundários através do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) da Paraíba e do Ceará, Censo de 1980 e SUDEC (Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará) 1978; 3) observação informal num primeiro momento, seguida de observação sistemática intensiva direta, com registro; 4) aplicação de entrevistas abertas, semi-estruturadas, com o uso do gravador.

Optou-se por esse tipo de entrevista por ser uma técnica que pode atingir uma amostra mais heterogênea da população, permitindo coleta de dados mais complexos, verificação da validade das respostas e certa flexibilidade.⁽¹⁸⁾

Com os associados da cooperativa as entrevistas foram aplicadas nos sítios dos informantes e algumas, quando a ida até o local tornava-se difícil por não se dispor de guia ou de acesso para veículo, na própria cooperativa, convocando-se o entrevistado antecipadamente e em local fechado para evitar influências inibidoras decorrentes do próprio ambiente.

Com os chefes de família da Comunidade do Fernandes, alguns foram localizados em suas reuniões formais, outros em suas casas ou locais de trabalho.

Essas entrevistas foram aplicadas aos associados da cooperativa no período de Janeiro a Março de 1982 e na Comunidade do Fernandes, durante quatro permanências, de oito dias cada, nas seguintes épocas Agosto e Novembro de 1980, Janeiro de 1981 e Fevereiro de 1982. (Vide Roteiros no Anexo I).

(18) SELLTIZ, C. e outros. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1967. p. 270.

Em ambos os casos participou-se das reuniões realizadas, para fins de observação e, na Comunidade do Fernandes, foi realizada uma reunião extra, com voluntários, chefes de família, esposas e professoras, para uma conversa informal com o pesquisador, tudo com o uso do gravador.

Alguns conceitos teóricos foram tomados para um embasamento e uma melhor compreensão dos objetivos do trabalho e aqui especificam-se as definições conceptuais adotadas:

- utopia - aquilo que parece irrealizável tão só do ponto de vista de uma ordem social vigente;⁽¹⁹⁾
- mudança social - transformações ocorridas na estrutura social, provocadas pelos conflitos de classe mediante a ação conjunta de grupos sociais comprometidos com o processo visando alcançar objetivos comuns;
- comunidade - grupo de indivíduos com relações recíprocas que se servem de meios comuns para obter fins também comuns, localizados numa determinada área territorial;⁽²⁰⁾
- organização associativista - associação desenvolvida a partir de relações recíprocas entre grupos de indivíduos que buscam através da ação conjunta, o benefício mútuo;
- cooperativismo - sociedade com forma e natureza jurídica próprias resultando de contratos entre pessoas que reciprocamente obrigam-se a contribuir com bens e serviços para o exercício de atividade econômica de proveito comum sem fins lucrativos. (Art. 4º Lei 5.764 de 16/12/71).

(19) MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972. p. 220.

(20) FERNANDES, Florestan. Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais: Metodológicos e de Aplicação. Com. Editora Nacional. São Paulo, 1973. p. 145.

CAPÍTULO III

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

UTOPIA E MUDANÇA SOCIAL

Historicamente a utopia foi uma obra que imaginava a perfeição.

Platão, no século IV A.C., já apresentava de forma sistemática e extensiva um projeto utópico formado por três obras: A República, As Leis e As Cítrias.

Embora o responsável pela divulgação do nome utopia - Thomas More - só o tenha feito no século XVI na obra do mesmo nome, observa, que sua fonte inspiradora foi o projeto platônico, derivando desses, os diversos outros que se multiplicaram até os nossos dias.

A partir da Revolução Francesa os projetos de mudança social surgem sob uma ótica não filosófica ou literária, mas como uma questão, um caminho, uma hipótese que pode ser concreta, real e almejada pelos homens. (21)

(21) COELHO, Teixeira. O que é utopia? Editora Brasiliense. São Paulo, 1980. p. 80.

O ser humano ainda não dominado pela crua realidade que o cerca possui como traço característico a liberdade que êle se reserva de opor a essa realidade uma força contrária.

Essa força poderia chamar-se esperança, sonho, imaginação. Não uma simples imaginação, mas uma imaginação que a partir do real existente, possível de ser transformado, busca as possibilidades para essa mudança. Uma imaginação exigente, capaz de prolongar esse real que está aí, na direção do futuro, das possibilidades, de algo concreto, propositivo, que poderá acontecer se o homem quiser.

A essa imaginação, COELHO (22) chama de imaginação utópica. Ela é interior ao homem, esteve sempre em evidência na história, é uma necessidade e um direito, não se esgota com a realização de seu objetivo, há sempre um excedente a impulsionar um novo ciclo, sempre existiu e assim continuará sob pena, em caso contrário, de aniquilamento do próprio homem.

O termo utopia, imaginação ou pensamento utópicos, não permite reunir numa só categoria os autores ou mentalidades utopistas ao longo da história, há diversificações múltiplas. Entretanto FURTER (23) admite que "em todas as obras utópicas e em todos os comportamentos utópicos existem, de maneira mais ou menos clara, rastros de um método comum de pensamento" o qual, segundo RIESMAN (24) pretende:

- a) "testemunhar mudanças radicais na realidade;
- b) lembrar, em qualquer situação, que o possível existe;

(22) COELHO, Teixeira. O que é utopia? Editora Brasiliense. São Paulo, 1980. p. 12.

(23) FURTER, Pierre. Educação e Reflexão. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 1971. p. 37.

(24) RIESMAN, D. Individualism Reconsidered. New York, 1954. p. 64.

c) que este possível pode realizar-se racionalmente;

d) que, por isto, é necessário ter esperança no futuro".

Há autores que colocam a utopia como uma técnica intelectual, isto é, uma maneira de pensar as modificações possíveis de existir numa sociedade, de modo a abrir novas perspectivas.

FURTER (25) cita alguns tipos de pensamentos utópicos. O primeiro, sugerido por RUYER, defende a idéia de que a utopia

"serve para exercitar a inteligência, indiferente à realização e sem função social, vendo a utopia fechada sobre si mesma, sem relações dialéticas com a realidade atual, concreta e histórica".

O segundo, que se opõe categoricamente ao anterior, é defendido por DUVEAU e diz ser a utopia:

"uma maneira sutil de pensar pedagogicamente o sentido atual da história. A utopia tem uma função social educativa, porque é uma maneira de escapar à violência, preparando, no entanto, as reformas necessárias, organizando mentalmente um espaço próprio às mudanças, sem revolução sangrenta".

(25) FURTER, Pierre. Educação e Reflexão. Editora Vozes. Rio de Janeiro. 1971. p. 38.

E por último a concepção de MANNHEIM:

"ser utópico não é fugir em nenhum lugar, nem em nenhum tempo, mas, ao contrário, um modo de criticar sistematicamente a situação concreta e atual em função de critérios e reivindicações fundamentais. A utopia é uma maneira de manifestar no momento as exigências do absoluto".

Segundo MANNHEIM (26) que muito dedicou-se à elaboração do conceito, é difícil o seu uso e há quem o confunda com ideologia por estarem os dois ligados diretamente à estrutura de classes:

"será sempre o grupo dominante, que esteja em pleno acordo com a ordem existente, quem irá determinar o que se deve considerar utópico, ao passo que o grupo ascendente, em conflito com as coisas como estão, determinará o que deve ser considerado ideológico".

RIOS (27) explica a posição de MANNHEIM, salientando que ele próprio opõe os termos, relacionando a ideologia com a ordem presente e a utopia com a projeção de uma ordem futura, não um futuro inalcançável, mas uma realidade que pode ser buscada e que tem um efeito de transformação da ordem presente. Seria uma busca por mudanças sociais con-

(26) MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1972. p. 227.

(27) RIOS, Gilvando Sá Leitão. Cooperativas Agrícolas no Nordeste Brasileiro e Mudança Social. Dissertação de Mestrado (mimeo). Piracicaba. São Paulo, 1976. p. 61.

cretas que na teoria sociológica constituem o próprio estado normal de qualquer sociedade e que entendemos serem transformações ocorridas na estrutura social, provocadas pelos conflitos de classe mediante a ação conjunta de grupos sociais comprometidos com o processo, visando alcançar objetivos comuns.

MANNHEIM (28) chama utopia:

*"o que pareça irrealizável tão
são do ponto de vista de uma
ordem social vigente",*

e afirma serem diversos os tipos de mentalidade utópica, cada um possuindo seu programa específico e organizando-se de acordo com sua estrutura básica. Salienta alguns, entre eles: o que produziu os movimentos messiânicos marcados por um fanatismo religioso; o que se caracterizou pela presença de idéias liberal-humanitárias; o que tem como base a idéia conservadora de que o projeto utópico deve estar em harmonia com a situação existente no momento de sua formulação e por último o que é representado pelo programa socialista, que radicaliza a utopia liberal ao mesmo tempo em que supera os traços do messianismo, situando-se num futuro determinado, com um ponto de referência: a queda do sistema capitalista.

Assim, as relações entre o pensamento utópico e a ação são complexas e dialéticas. Sem utopia não existiriam perspectivas, sem ação, a utopia seria uma abstração.

O pensamento utópico, bem colocado, pode ser considerado um fator de mudança social, um modo de preparar a opinião pública para outras realidades possíveis.

FURTER (29) citando BLOCH diz que a utopia deve rea

(28) MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1972. p. 220.

(29) FURTER, Pierre. Educação e Reflexão. Editora Vozes. Rio de Janeiro. 1971. p. 45.

lizar-se numa ação concreta e desenvolve-se através de três níveis:

- a) "o homem é um ser de insatisfação, de fome e de carência;
- b) pelo poder da utopia descobre que é possível imaginar um futuro onde a sua perfeição é desejável e possível;
- c) para isto tem que se engajar numa ação concreta, orientada pela utopia enraizada na sua condição".

A manifestação mais popular da imaginação utópica tem sido a utopia política baseada em mudanças políticas na sociedade firmada em novas estruturas sociais.

As utopias do século XIX, fronteiriças da revolução encontraram na utopia de OWEN uma realização concreta num lugar real. Em 1813 criou uma associação comunitária, precursora das cooperativas e projetou sua urbanização. A educação assumiu papel de destaque assim como o sindicalismo, tendo fundado em 1833 uma confederação geral das profissões. Preocupava-se com os problemas concretos de sua época assim como SAINT-SIMON que na acepção do termo não chegou a escrever uma utopia, mas suas obras continham indicações de pensamentos utópicos para a época.

Um terceiro nome de destaque entre os utopistas pré-revolucionários foi FOURIER que embora discorde de OWEN quanto a eliminação da propriedade privada e da herança, defende a idéia do associacionismo para a evolução do corpo social.

Há quem afirme que a mentalidade utopista de tipo socialista propriamente dita só passou a existir a partir da teoria da luta de classes de MARX e ENGELS.

MANNHEIM (30) assegura que o projeto de sociedade de MARX seria o exemplo do tipo de utopia socialista, entretanto MARX e ENGELS recusaram-se a aceitar tal designação para seus projetos. Eles condenam nos projetos dos socialistas utópicos, a organização da sociedade por eles mesmos, como inventores de uma sociedade perfeita implantada por decreto; o paternalismo ou filantropia pela classe trabalhadora sem a preocupação de prepará-la para a luta que deveria travar para obter mudanças na sociedade. Essas mudanças só ocorreriam para MARX

"através de uma longa luta que teria suas etapas e características indicadas pelo próprio processo social, de acordo com o momento histórico".

MARX enfatiza a revolução, contudo, mesmo para uma revolução onde a classe trabalhadora seria preparada para buscar mudanças sociais, um projeto prévio seria indispensável. Esse projeto teria sido criado a partir do pensamento utópico que "nada mais é do que planejamento". (31)

A utopia social pode ser entendida como reivindicação que se coloca do ponto de vista da condição humana e protesta contra as condições históricas da exigência. (32)

Em suma, poder-se-ia chamar de pensamento ou imaginação utópicos, um projeto concreto, baseado em ações plenamente realizáveis, capazes de provocar a médio e longo prazo mudanças no contexto socio-econômico e político de uma sociedade.

(30) MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1972. p. 100.

(31) FRIEDMANN, J.R.P. Introdução ao Planejamento Democrático. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1959. p. 149.

(32) FURTER, Pierre. Dialética da Esperança. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1974. p. 146.

O COOPERATIVISMO E A AÇÃO COMUNITÁRIA COMO UTOPIAS E/OU INSTRUMENTO DE MUDANÇA SOCIAL

- O Cooperativismo

O pensamento cooperativista foi sendo desenvolvido aos poucos e o cooperativismo teve suas origens mais remotas no projeto utópico de OWEN e outros socialistas utópicos que buscavam uma sociedade mais equitativa por meio de associações voluntárias ou de modificações da organização da produção industrial e do trabalho e do regime de trocas, tendo sua concretização nos Pioneiros de Rockdale sempre procurando introduzir mudanças no contexto sócio-econômico da época.

A história mesmo encarregou-se de mostrar que a proposta de socialização contida na Doutrina Cooperativista de OWEN e outros ideólogos do movimento não pode concretizar-se. (33)

Geralmente toda Doutrina Econômica cria utopias e com a utopia socialista surgiu a Doutrina Cooperativista, baseada num ideal econômico e social sedutor, mas que tornou-se irreal pela sua distância dos fatos.

Utopia significa o que não é ainda, mas não significa impossível e,

"justamente a inspiração do possível é que pode constituir o estímulo do pensamento utópico". (34)

(33) SCHNEIDER, João Elmo. O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso brasileiro, in Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. Cortez Editora. São Paulo, 1981. p. 11.

(34) PINHO, Diva Benevides. A Doutrina Cooperativa e a Problemática do Desenvolvimento Econômico, in A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. Coletânea publicada com a colaboração da Fundação Friedrich Naumann, Bonn-Alemanha. São Paulo, 1973. p. 36.

A Doutrina Cooperativista contém uma mensagem de fé no desenvolvimento de um trabalho de ajuda mútua baseado na solidariedade, liberdade, igualdade e justiça social e, em grande parte, é transmitido através dos Princípios de Rochdale.

A Doutrina Cooperativista encontrou barreiras para concretizar-se na busca das mudanças propostas a partir da utopia socialista e também dos Princípios de Rochdale porque foi sempre de encontro ao sistema vigente.

Sabe-se que buscou mudança, conseguiu sobreviver a duas grandes guerras e representou um novo significado de vida para muitos trabalhadores insatisfeitos com sua situação econômica. Conseguiu transformações importantes a nível individual e coletivo da comunidade envolvida, não conseguindo contudo, mudanças no contexto sócio-econômico.

A dialética da interação entre o movimento cooperativo e as forças propulsoras do capitalismo além de frustrarem a proposta de mudança na sociedade serviram de ajuda à incorporação do cooperativismo na própria dinâmica da expansão e a acumulação de capital.

Os pioneiros, que eram socialistas e seguidores de OWEN, conseguiram manter a cooperativa de consumo enquanto atuava como uma "ilha cultural" que buscava impor seus ideais, quando porém, estabeleceu um negócio próprio com operários, abandonando a idéia inicial de comunidade autônoma, começou a sofrer toda sorte de pressões do sistema sócio econômico em vigor e viu-se forçada a abrir mão dos princípios norteadores, sendo tragada pelo seu ajustamento ao capitalismo. (35)

(35) BORDA, O. F. Formación y Deformación de la Política Cooperativa en América Latina. Ginebra, 1970. p. 146.

Constata-se então que se o cooperativismo chegou a modificar a realidade à época dos pioneiros, as mudanças não tiveram a amplitude e consistência almejada e pereceram, forçadas pelo sistema vigente.

A utopia cooperativista tem desempenhado papel importante na motivação das populações agrícolas e na transição das comunidades para a sociedade e os técnicos insistem no conteúdo doutrinário citando o êxito dos tecelões de Rochdale, mas a situação é outra, as cooperativas hoje são criadas a partir do interesse da classe dominante - alegando o Estado a grande percentagem de analfabetos - ao contrário das realizações iniciais que surgiam do próprio trabalhador.

É possível que a utopia cooperativista desempenhe um papel de estímulo semelhante ao de sua origem, mas é difícil que alcance pelo menos aqueles êxitos, na comunidade envolvida.

PINHO (36) acredita que não se deve repudiar o instrumento cooperativo porque, mesmo mal aplicado, ainda é melhor do que deixar os indivíduos sem raízes. Acrescenta que a implantação cooperativista deveria ser corrigida através de ação comunitária e adaptação do modelo cooperativista à realidade socio-econômica onde se insere, mas imaginamos que sempre subordinado às necessidades do sistema em vigor o que não permitiria ser instrumento provocador de mudança.

Sem negar ou desmerecer as boas intenções de muitos defensores e propagadores do cooperativismo é necessário, elevar a análise do funcionamento desse sistema à realidade dos fatos concretos, medindo a distância entre o idealizado e o observado. (37)

(36) PINHO, Diva Benevides. A Doutrina Cooperativa e a Problemática do Desenvolvimento Econômico, in A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. Coletânea publicada com a colaboração da Fundação Friedrich Naumann, Bonn-Alemanha. São Paulo, 1973. p. 42.

(37) SCHNEIDER, João Elmo. O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso brasileiro, in Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. Cortez Editora. São Paulo, 1981. p. 12.

- A Ação Comunitária

Nos últimos anos tem-se observado através de diversos acontecimentos sociais, econômicos e culturais, uma tendência no sentido da acentuação dos valores pessoais e comunitários.

Essa tendência aponta para uma

"nova etapa da história na medida em que traz consigo mudanças de valores e atitudes voltadas para o homem como participante da construção de sua história na história de todos". (38)

Essas mudanças de atitudes e valores só poderão concretizar-se pela implantação de novos modelos de integração que abranjam toda a sociedade e a decorrente ruptura com os modelos vigentes.

Não se pode pensar nessa integração, entretanto, pensando-se de modo capitalista.

O modo de produção capitalista está

"associado a um modo capitalista de pensar, que nos reporta a uma perspectiva dualista de interpretação da realidade, dicotomizando o econômico e o social como dissociados e com uma dinâmica de desenvolvimento próprio... Mas o modo de pensar capitalista vai ainda mais longe, coerente com a dinâmica

(38) GINES, Jesus e outros. Participação e Integración Nacional. Editora del Pacífico. Chile, 1974. p. 9.

básica do capitalismo, estabelece a hegemonia do econômico sobre o social". (39)

A classe trabalhadora, incluídos aí, operários, pequenos produtores rurais, meeiros, parceiros, diaristas, safristas, assalariados rurais, etc., necessitam ter participação na construção de sua história e essa participação dar-se-á lentamente fazendo os pequenos sentirem a importância e a força do associativismo baseado num processo de mudança de comportamento interno da comunidade através da formulação consciente de um conjunto de valores cujo objetivo seria o desenvolvimento global da sociedade.

Esse processo tem procurado tomar vulto nos últimos anos, apesar das repressões.

Como vimos anteriormente, o sindicalismo buscou ser um movimento representante da classe trabalhadora e foi reprimido como tal, pelo golpe militar de 64. Hoje apesar de seu crescimento em termos quantitativos, principalmente nas áreas rurais, funciona como simples órgão assistencial, estando em sua maioria diretamente vinculados aos interesses da classe dominante. Raros encontram-se conscientes de que devem funcionar em prol da classe trabalhadora já sendo mal vistos e sofrendo certas repressões.

A ação comunitária desenvolvida a partir das Comunidades Eclesiais de Base, embora não vise substituir o sindicalismo ou partidos políticos, é hoje exemplo marcante desse processo, dessa busca das camadas populares por uma participação mais efetiva na dinâmica da sociedade, estando sendo apontado como instrumento de mudança social.

Acha-se inbuída de ideais religiosos e cooperativos, baseados na ajuda mútua buscando num primeiro momento

(39) ROLLMANN, José Ivo. Participação Cooperativa e Mudança Social. Revista Perspectiva Econômica. Ano XV, vol. 10, nº 27. São Leopoldo, São Paulo, 1980. p. 60.

modificações internas, uma nova filosofia de vida, uma conscientização social e política e num segundo momento, alcançar mudanças na estrutura em vigor por melhores condições de vida.

Alguns autores consideram a comunidade no interior da sociedade, querendo provocar mudanças, como um ideal que sempre existirá, mas GUIMARÃES ⁽⁴⁰⁾ coloca que seria ilusório querer transformar a sociedade numa grande comunidade. Salienta entretanto que não vê as Comunidades Eclesiais de Base com essa intenção, mas buscando uma renovação da Igreja, vivendo com os pobres e estes vivendo a Igreja.

Já MARINS ⁽⁴¹⁾ defende que as Comunidades Eclesiais de Base são uma utopia concreta, mas é a partir da utopia que se criam e se abrem novos espaços e possibilidades.

Essa utopia estaria diretamente ligada à praxis e à realidade, Seria a busca de coerência íntima entre o que se anuncia (utopia) e aquilo que se faz em resposta ao desafio do real.

Nos debates sobre comunidade é frequente a posição de que os trabalhos em comunidades são apenas um paliativo para a situação dos camponeses e que retardam as mudanças da sociedade.

MELO ⁽⁴²⁾ procurou estudar esse aspecto em profundidade e mostra que os trabalhos não sofrem pressão enquanto não ameaçam os interesses da classe dominante e não põem em risco o atual modelo capitalista.

(40) GUIMARÃES, Almir Ribeiro. Comunidades de Base no Brasil. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 1978. p. 218.

(41) MARINS, José. Metodologia Emergente das Comunidades Eclesiais de Base. Edições Paulinas, nº 13. São Paulo, 1980. p. 47.

(42) MELO, Luiz Gonzaga. Ideologia Dominada, Ideologia Dominante e Consciência de Classe: um Estudo de Caso sobre Comunidades Eclesiais de Base. Dissertação de Mestrado (mimeo). Campina Grande, Pb. 1981. p.15

Não obstante tem conseguido mudanças internas, a nível de comunidade que podem parecer insignificantes, mas não o são quando se leva em conta o processo histórico da vida camponesa.

Eles partiram do nada para um processo de libertação e parecem não ter pressa, o tempo conta pouco, o importante e chegar lá, é alcançar mudanças nas estruturas vigentes que os expoliam há tanto tempo e a utopia é que dá a força necessária para encontrar sempre uma renovação de vinculação com a realidade das pessoas e com os desafios da época.

CAPÍTULO IV

GENÊSE HISTÓRICA

COOPERATIVISMO

DISTINÇÃO E COMPLEMENTARIEDADE ENTRE DOCTRINA E TEORIA

Os estudos sobre Cooperativismo, durante muito tempo, enfocavam essencialmente os aspectos doutrinários da prática cooperativista, discutindo projetos de reformulações da sociedade no contexto dos diferentes sistemas econômicos.

A análise das contribuições dos diversos autores e Escolas era colocada num plano secundário.

O interesse estava em explicar o que as doutrinas defendiam, não em analisar como e através de que meios o faziam.

Havia um abismo entre a doutrina e a teoria, uma pregando o que deveria ser, situando-se no plano da apologia a outra, construção abstrata, descrevendo e explicando a realidade, interessando-se pelo que é e oferecendo uma interpre

tação de seu funcionamento. (43)

Esse fato devia-se principalmente ao estágio em que se encontrava o desenvolvimento da Ciência Econômica e à escassez da literatura que tratava de sua evolução.

Como Doutrina Econômica, a Doutrina Cooperativista sofria de todos os entraves existentes no desenvolvimento da Ciência Econômica.

Nesse sentido, HUGON, citado por PINHO (44) escreve:

"Uma doutrina econômica constitui, a um só tempo, um projeto de organização econômica de cada sociedade e uma interpretação da atividade econômica de dada época. A ciência visa a explicação dos fenômenos econômicos. Para isso observa, analisa, levanta hipóteses e as verifica, em confronto com os fatos. A doutrina é um projeto de organização da sociedade, tal como seu autor a julga melhor. Ela contém os elementos da política econômica escolhida para realizar a organização desejada. A doutrina facilita o estudo da teoria e a elaboração da ciência, estabelecendo um nexo entre os fatos isolados - tão numerosos no campo da Economia - e os princípios que informam, co

(43) PINHO, Diva Benevides. Economia e Cooperativismo. Edição Saraiva. São Paulo, 1977. p. 66.

(44) Ibid., p. 68.

locando em jogo o principal e escoimando o secundário. A Doutrina Econômica, parte integrante do pensamento, das idéias e da intelectualidade de uma época, é elemento eficaz, sempre ativo, algumas vezes decisiva da organização e da evolução da sociedade".

Pode-se entender hoje, com o desenvolvimento da ciência que a doutrina e a teoria podem ser distinguidas uma da outra, mas não dissociadas.

A política cooperativista atual é orientada na complementariedade que a teoria e a doutrina fornecem à elaboração do pensamento econômico cooperativista. (45)

Observa-se entretanto que a Doutrina Cooperativista tem recebido contribuições relevantes, a teoria propriamente dita "ainda está por ser elaborada" e a prática cooperativista multiplica-se em todos os países e de diversas formas distanciando-se da evolução teórico-doutrinária e adaptando-se facilmente às estruturas sócio-econômicas a que pertencem. (46)

BASES TEÓRICO-DOCTRINÁRIAS

As bases teórico-doutrinárias da atividade cooperativista foram constituídas pela matriz do cooperativismo de consumo seguida pelos modelos cooperativista de produção e crédito e pela Escola de Nimes.

(45) PINHO, Diva Benevides. *Economia e Cooperativismo*. Edição Saraiva. São Paulo, 1977. p. 68.

(46) *Ibid.*, p. 69.

- A Matriz do Cooperativismo de Consumo

As cooperativas de consumo já haviam sido tentadas em Brighton e em Lyon e pouco duraram, surgindo mais tarde em Rochdale com mais êxito, a partir da iniciativa de vinte e oito tecelões que buscavam melhorar suas condições sócio-econômicas.

Em 1844 inauguraram um armazém cooperativo que apesar dos escassos recursos possuía grandes planos.

Os Estatutos dos Probos Pioneiros de Rochdale baseavam-se na reforma do meio sócio-econômico e podem ser resumidos da seguinte forma:

- 1) "formação de um capital para emancipação do proletariado;
- 2) construção de casas para fornecer alojamento a preço de custo;
- 3) criação de estabelecimentos industriais e agrícolas para produzir o que for indispensável às necessidades da classe operária e assegurar trabalho aos operários;
- 4) educação e luta contra o alcoolismo;
- 5) cooperação integral".

Esses estatutos que preconizavam a estrutura e o funcionamento da cooperativa de consumo passaram a constituir os fundamentos da Doutrina Cooperativista, transformando-se em símbolo e são, em sua maioria, seguidos até os dias atuais, pelas cooperativas do mundo inteiro.

- O Modelo Cooperativista de Produção

Embora recorrendo à contribuição rochdaleana, as

cooperativas de produção buscaram inspiração nas idéias societárias de BUCHEZ, FOURIER e BLANC, dentre outros.

O modelo de produção tinha como objetivos:

- 1) "eliminar o patrão;
- 2) suprimir o assalariado;
- 3) dar aos operários a posse dos meios de produção e o direito de disposição do produto do seu trabalho";

e era visto como eficiente instrumento de reforma social e solução para os problemas dos trabalhadores.

- O Modelo Cooperativista de Crédito

Também essas cooperativas receberam a contribuição dos princípios de ROCHDALE sendo acrescidas de experiências realizadas, dentre outros, por LUZZATTI, HAAS e WOLLEMBORG, em alguns países europeus, alcançando bastante êxito e multiplicando-se rapidamente.

- A Escola de Nimes

Surgiu a partir de discussões casuais coordenadas por CHARLES GIDE e com a participação de BOYVE e FABRE, por volta de 1886.

BOYVE e FABRE, já em 1885 haviam organizado o I Congresso das Cooperativas da França e no II Congresso, realizado em Lyon, GIDE pronunciou, como presidente de honra, o discurso-programa do cooperativismo.

Expôs as idéias de FOURIER e enalteceu sua contri

buição às raízes do cooperativismo que de acordo com PINHO (47) buscava

"abolir as lutas de classe através da supressão dos assalariados, dos intermediários, do comércio e dos patrões da produção".

Os estudiosos do assunto acreditam que o cooperativismo teve em GIDE, sem dúvida, o seu principal sistematizador e sua doutrina mostrou-se evolucionista por seus meios e revolucionária por seus objetivos que buscavam, tanto com a cooperativa de consumo quanto com as cooperativas de produção industrial e agrícola,

"suprimir a idéia de lucro e o assalariado havendo uma transformação da sociedade onde seriam eliminados os conflitos e as injustiças sociais numa evolução pacífica, sem expropriações". (48)

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO COOPERATIVISMO

O Cooperativismo, em linhas gerais, pode ser entendido como:

"sociedade com forma e natureza jurídica próprias resultando de contratos entre pessoas que

(47) PINHO, Diva Benevides. Economia e Cooperativismo. Edição Saraiva. São Paulo, 1977. p. 101.

(48) Ibid., p. 104.

reciprocamente obrigam-se a contribuir com bens e serviços para o exercício de atividade econômica de proveito comum sem fins lucrativos" (Art. 4º Lei 5.764 de 16/12/71).

O pensamento cooperativo foi sendo elaborado aos poucos, com base em experiências de ajuda mútua nas relações de trabalho.

A Doutrina Cooperativista desenvolveu-se no início do século passado como parte de um conjunto de reações que procuravam atenuar ou suprimir os desequilíbrios econômicos e sociais resultantes do liberalismo econômico. (49)

Dentro do "espírito liberal" reinante já no fim do século XVIII e diante da proibição legal de formar sindicatos ou outro tipo qualquer de associação que defendesse os seus interesses profissionais, como era o caso das corporações, muitos trabalhadores procuraram resolver seus problemas em associações de auxílio mútuo ou sociedades de tipo comunitário ou industriais.

O cooperativismo firmou suas bases nesse clima de transição e desarmonia entre os interesses dos indivíduos e os da sociedade, uns, os empresários, enriquecendo-se cada vez mais, os outros, a maioria, a crescente classe operária, vivendo a cada dia pior. (50)

Entre seus precursores destacam-se PLOCKHOY, JOHN BELLERS e WILLIAM KING que precederam os socialistas utópicos, OWEN, FOURIER, BUCHEZ e BLANC e que

"buscavam uma sociedade mais equitativa por meio de associa -

(49) PINHO, Diva Benevides. A Doutrina Cooperativa e a Problemática do Desenvolvimento Econômico, in A Problemática Cooperativa no Desenvolvimento Econômico. Coletânea publicada com a colaboração da Fundação Friedrich Naumann, Bonn-Alemanha. São Paulo, 1973. p. 18.

(50) Idem, Economia e Cooperativismo. Edição Saraiva. São Paulo, 1977. p. 72.

ções voluntárias ou de modificação da produção industrial e do trabalho ou de modificações do regime de troca". (51)

Alguns pontos são comuns entre as concepções de todos eles como as idéias, de cooperação, de organização do trabalho, da livre iniciativa dos interessados, da prestação de serviços sem interesse de lucro, de que o capital é um meio para a realização de um fim, de que a cooperativa é uma forma de economia coletiva, de continuidade da instituição e de reforma social, que tomaram forma a partir da segunda metade do século XIX.

- As Contribuições de OWEN, FOURIER, BUCHEZ e BLANC

OWEN achava que o homem é resultado do seu meio social e que só havendo mudanças nesse meio é que se poderia pensar em modificações na natureza humana e pregava que essas mudanças deveriam ser feitas de forma gradual e pacífica. Combateu o lucro e a concorrência responsabilizando-os pelas injustiças sociais. O lucro seria o elemento que se superpõe ao preço de custo impedindo que os trabalhadores comprem o produto do seu trabalho. Nesse ponto influenciou bastante os Pioneiros de Rochdale. Opôs-se à divisão social entre operários e patrões afirmando que a produção deveria ser dos trabalhadores e que isso ocorreria se os homens produzissem através de associações do tipo cooperativo que, além das vantagens da propriedade comum dos meios de produção, suprimiriam os desequilíbrios entre a produção e o consumo, afastando as crises econômicas. (52)

FOURIER ofereceu-se a princípio, através de car-

(51) PINHO, Diva Benevides. Economia e Cooperativismo. Edição Saraiva. São Paulo, 1977. p. 74.

(52) Ibid., p. 76.

ta, para participar das experiências associativistas de OWEN, porém, algum tempo depois, passou a criticá-lo e também outros socialistas utópicos. FOURIER imaginava resolver os males sociais através de falanstérios que seriam "unidades auto-suficientes que permitiriam reformar toda a sociedade" funcionando como uma sociedade anônima.⁽⁵³⁾

Acreditava que a manutenção da propriedade sob forma de co-propriedade, onde todos seriam acionistas, era estimulante e tornava o trabalho produtivo.

GIDE em diferentes ocasiões manifestou-se favorável à importância do owenismo e do fourierismo para o embasamento da Doutrina Cooperativista a despeito das divergências entre ambos e das críticas de FOURIER sobre OWEN.

Também GIDE liderou o grupo de autores que exaltam a contribuição de FOURIER na elaboração dos princípios cooperativistas e teve em POISSON uma posição totalmente contrária não considerando OWEN nem FOURIER "Pai do Cooperativismo", afirmando, como cita PINHO⁽⁵⁴⁾ que ambas as formas de associações utilizam o regime capitalista como

"o verme que roí a fruta, mas não o isola, sofrendo os efeitos das leis do meio em que funcionam".

Citado por PINHO⁽⁵⁵⁾ são palavras de DESROCHE:

"precursor da idéia cooperativista ou sonhador que criou uma comunidade ideal, fruto de imaginação delirante, FOURIER mere

(53) PINHO, Diva Benevides. Economia e Cooperativismo. Edição Saraiva. São Paulo, 1977. p. 79.

(54) Ibid., p. 82.

(55) Ibid., p. 83.

ce o respeito do Movimento Cooperativo Internacional".

BUCHEZ e BLANC desenvolveram seus trabalhos entre a classe operária que à época buscava sua emancipação através de fórmulas associativas que transformassem suas vidas e isso se opondo ao regime político e ao capitalismo.

BUCHEZ defendia a tese de uma associação cooperativa de produtores livres, trabalhando pacificamente e sem espoliação, tendo como objetivos:

- 1) "colocar em comum suas poupanças;
- 2) obter empréstimos;
- 3) produzir em comum;
- 4) assegurar a todos igual salário;
- 5) reunir as receitas líquidas em um fundo comum";

e repudiando auxílios financeiros governamentais para a criação dessas associações operárias.

BLANC, ao contrário, solicitava auxílio financeiro e intervenção do governo para que as associações operárias pudessem transformar o meio social. Condenava a livre-concorrência por ser o principal responsável pelas injustiças sociais separando os detentores dos meios de produção daqueles que utilizam os meios com o seu trabalho. Essas associações, organizadas com auxílio financeiro estatal teriam estatutos sociais fixados pelo Estado e os cargos, inicialmente preenchidos por nomeações governamentais e depois por eleição. (56)

(56) PINHO, Diva Benevides. Economia e Cooperativismo. Edição Saraiva. São Paulo, 1977. p. 86.

Após os estudos de GIDE, outros autores mais recentes tem destacado-se no estudo do cooperativismo, entre eles: FAUQUET, que se opõe a cooperativização integral da sociedade afirmando que qualquer forma de cooperativa poderá somente ocupar um setor da economia; LAVERGNE, que diz estar o cooperativismo destinado a suceder o capitalismo declinante, criticando os que acreditam ser limitada a sua difusão. Afirma tratar-se de um movimento capaz de servir de base a uma nova ordem econômica e social. Essa ordem seria a Ordem Cooperativa que buscaria liberdade, aumento da produção, combate ao desemprego e à injustiça social; POISSON, que diz ser o cooperativismo um movimento socialista por natureza e o capitalismo um entrave à sua difusão, acreditando porém que tem condições de vencê-lo; LAMBERT que mostra o reaparecimento de algumas normas rochdaleanas na realidade econômico-social dos dias atuais ⁽⁵⁷⁾ e DESROCHE que vem desenvolvendo trabalhos sobre problemas doutrinários e modelos cooperativos.

DESROCHE entende que existem cinco desafios a serem superados pelo cooperativismo para se firmar e ajudar a solucionar as futuras crises mundiais.

O primeiro deles - Desafio à Sobrevivência - refere-se às sobrevivências, pacífica, energética e alimentar e se impõe uma estratégia de intercooperação baseada num desenvolvimento horizontal no qual, ao contrário do vertical, o econômico não prevalece, não está dissociado da ação, isto é, não é só projeto, e busca o econômico, o cultural e a promoção dos níveis de vida das populações.

O segundo é - Desafio do Emprego - já é observado nas grandes cooperativas a preocupação com o número de empregos gerados em sua atividade. O quadro atual no mundo é sombrio e tende a piorar. Isso leva a se repensar "o papel das cooperativas como agências capazes de enfrentar o problema

(57) PINHO, Diva Benevides. Economia e Cooperativismo. Edição Saraiva. São Paulo, 1977. p. 104.

da criação de empregos e da utilização das chamadas tecnologias doces, poupadoras de capital, mas que empregam abundante mão-de-obra. (58) Isso exige, segundo DESROCHE, criatividade. Procura-se manter os empregos transformando empresas falidas em novas empresas baseadas na organização cooperativa, procura-se multiplicar os empregos através de cooperativas de produção e serviços dando a todos os trabalhadores uma melhor vida.

Em terceiro lugar vem o - Desafio Norte-Sul - originado nas disparidades econômico-sociais entre países desenvolvidos e não desenvolvidos com a concentração de capitais em países ricos, ou centros, com prejuízo para os países pobres, periferia das cidades ou áreas rurais. A solução, dentro do projeto de DESROCHE, seria contratos de solidariedade entre países ou regiões desenvolvidos com os não desenvolvidos o que vem acontecendo entre França e África há algum tempo.

O quarto desafio é a - Utopia Concreta - explicado como sendo um projeto que está na imaginação da humanidade visando a uma economia alternativa a nível dos fenômenos e necessidades locais capaz de fomentar ações cooperativas eficazes para a solução dos problemas das populações. Trata-se de fazer viver uma Economia Social propagada por GIDÉ e que se compõe de um setor cooperativo, um setor mutualista, um setor associativo, um setor sindical e um setor comunitário.

O quinto e último desafio é a - Cultura - que visa a criação de um sistema que afaste os indivíduos de uma marginalização à cultura e que diminua o analfabetismo. "É uma proposta que se insere em uma conjuntura renovadora e inovadora, com a abertura de oportunidades de ensino para o maior número de pessoas". (59)

(58) DESROCHE, Henry. Palestra proferida em São Paulo, traduzida pela Profa. Léa Maria da Rocha e publicada no Jornal *Cooperação* em Outubro de 1980.

(59) *Ibid.*

O COOPERATIVISMO NO BRASIL

O cooperativismo tinha já mais de meio século de aplicação prática quando chegou ao Brasil.

Atribuem ao padre suíço, Théodor Amstadt, a iniciativa de lhe dar formas reais lançando a idéia de criar a primeira organização com caráter cooperativo entre os agricultores da Sociedade de Agricultores Rio-grandenses da Linha Imperial, sob a forma de Caixa de Crédito Rural.

Conta OLIVEIRA (60) que o padre viajava "no lombo de uma mula" pregando a doutrina e a necessidade do trabalho cooperativo.

Essa primeira Caixa Rural Cooperativa foi instalada em 1902, na atual cidade de Nova Petrópoles, entre os imigrantes alemães que já estavam familiarizados com o cooperativismo desde suas origens de ultramar. A essa familiarização afirmam dever-se o sucesso do empreendimento e hoje essa caixa tem o nome de COOPERURAL, comemorando seus 75 anos.

Durante o início de sua história entretanto a caixa não pode desenvolver-se rapidamente por faltar amparo oficial sob a forma de legislação e estímulo que os agricultores tanto almejavam e achavam imprescindível.

Até 1932 o Estado Brasileiro não mostrava preocupação em estabelecer normas particulares para o cooperativismo. PINHO (61) explica que as cooperativas se constituíam sob a forma de sociedades anônimas, eram regidas pelas leis comerciais e tinham completa liberdade de operação, difundindo

(60) OLIVEIRA, Nestor Braz. Cooperativismo: guia prático. Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos. Porto Alegre, 1979. p. 30.

(61) PINHO, Carlos Marques. O Estado Brasileiro e as Cooperativas, in A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. Coletânea publicada com a colaboração da Fundação Friedrich Naumann, Bonn - Alemanha. São Paulo, 1973. p. 108.

-se na área rural sobretudo pela estrutura agrária de nossa economia, sem contudo desfrutarem de nenhum interesse do governo central.

Quando a quebra da Bolsa de Valores de Nova York gerou a grande recessão de 29 que atingiu também o Brasil, aqui foi agravada pela frágil economia do país.

O sistema político-econômico vigente, do tipo liberal, baseava-se numa economia primária exportadora e tinha o café como principal produto exportador. IANNI ⁽⁶²⁾ cita-o como o responsável por mais de 80% do valor global das exportações brasileiras.

O governo até então protegia e incentivava apenas as atividades produtivas voltadas para a exportação visando com isso a sustentação do sistema, mas, com a Revolução de 30, o novo governo viu no cooperativismo uma possível solução para seus problemas.

Criou o Decreto 22.239 dando ao sistema cooperativista liberdade de organização e funcionamento e inspirando-o nos "Princípios dos Pioneiros". Entretanto essa liberdade foi, a partir de 1941, com o Decreto 6.980, condicionada pela fiscalização, controle e registro das cooperativas pelo Ministério da Agricultura através de órgãos de apoio, sendo compensada por incentivos tributários. ⁽⁶³⁾

Pode-se presumir ter iniciado nesse contexto a legítima intervenção estatal no sistema cooperativista brasileiro, inserindo-o em sua dinâmica e posicionando-o como um órgão voltado para os interesses da classe dominante.

(62) IANNI, Octavio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Ed. Civ. Brasileira. Rio de Janeiro, 1977. p. 16.

(63) PINHO, Carlos Marques. O Estado Brasileiro e as Cooperativas, in A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. Coleção publicada com a colaboração da Fundação Friedrich Naumann, Bonn - Alemanha. São Paulo, 1973. p. 109.

No Rio Grande do Sul por exemplo, até então o cooperativismo era incipiente por deficiências financeiras e administrativas dos pequenos produtores e, a partir daí, os produtores que se uniram para salvar sua economia na grande crise, consolidaram-na servindo de base para a poderosa agroindústria que representa hoje a riqueza daquela região para a economia do país.

Só em 1966 surge novo Decreto, de nº 60.597, colocando mais intervenção estatal sobre o cooperativismo, dessa feita, com o cancelamento dos estímulos tributários dados pelo Decreto anterior e com restrições ao crédito. O governo toma para si a incumbência de orientar a política nacional de cooperativismo de forma a ajustá-la às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento, criando para isso o Conselho Nacional de Cooperativismo, órgão supremo, normatizador e que estabelece a política nacional de cooperativismo.

É interessante salientar aqui que mesmo já totalmente voltado para os interesses do poder vigente mantém e divulga a posição doutrinária dos "Princípios dos Pioneiros" adotada em 1932 com o Decreto 22.239 já citado.

Em 1971 surge a Lei 5.764 que se apresenta menos intervencionista e também paternalista e liberal.

Contudo, paradoxalmente, apesar de alguns reclamos, mantém a tradição doutrinária ortodoxa embora afaste-se desses "Princípios" a cada momento quando mantém também a complexa ingerência estatal através dos múltiplos órgãos controladores como o disposto no Art. 103 da referida Lei que aqui se transcreve:

"As cooperativas permanecerão subordinadas, na parte normativa, ao Conselho Nacional de Cooperativismo, com exceção das de crédito, das seções de crédito das agrícolas mistas e

das de habitação, cujas normas continuarão a ser baixadas pelo Conselho Monetário Nacional de Habitação, com relação à última, observado o disposto no art. 92 desta lei.

Parágrafo único - Os órgãos executivos federais, visando a execução descentralizada de seus serviços poderão delegar sua competência, total ou parcial a órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como, excepcionalmente, a outros órgãos e entidades da administração federal".

Comentando a atual lei, MOURA (64) diz resumidamente que o seu mal primordial consiste em ter sido elaborada a portas fechadas por pessoas comprometidas em atender a situações circunstanciais e casuísticas, com o objetivo polarizador de fortalecer o sistema.

Levanta alguns pontos críticos à execução da Lei e ao funcionamento adequado do sistema como: a perda da autonomia do Movimento dada à quantidade e volume de ingerência estatal; a falta de representatividade do Movimento por força da existência da própria Lei; a ausência de lideranças que não busquem apenas fazer das cooperativas, cômodos degraus de ascensão ao poder e à influência junto ao Estado ou ao público; desinteresse pela capacitação relegando a educação cooperativa a um plano secundário; falhas de infraestrutura institucional e operacional motivada pelo despreparo generalizado dos que praticam o sistema, desde sua concepção

(64) MOURA, Valdiki. Caráter e Tendências do Movimento Cooperativo no Brasil, in A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. Coletânea publicada com a colaboração da Fundação Friedrich Naumann, Bonn - Alemanha. São Paulo, 1973. p. 73.

doutrinária e jurídica até a mecânica de funcionamento; e, por último, à proliferação de improvisações diante de um quadro tão falho de substância ideológica e conhecimento prático e teórico.

Todos os pontos acima citados são de real importância e estão de certa forma interrelacionados entre si, porém o desinteresse pela capacitação, relegando a educação a um plano secundário merece aqui maiores comentários por ser um ponto que alicerça o alcance dos objetivos deste trabalho.

O Art. 28 da Lei em questão diz:

"as cooperativas são obrigadas a constituir Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social destinado à prestação de assistência aos associados e seus familiares".

A palavra educacional aí parece ter uma conotação meio evasiva.

O artigo não é específico e dá margem a uma diversificação de objetivos o que não propiciará de fato uma educação cooperativa baseada na conscientização e capacitação dos associados.

Analisando o desinteresse pela capacitação MOURA⁽⁶⁵⁾ explica ser resultante da indiferença de todos os envolvidos no Movimento que cruzam os braços frente à sua responsabilidade e que os mais "responsáveis" abstêm-se de um pronunciamento.

Essa abstenção é sintomática, não há interesse dos

(65) MOURA, Valdiki. Caráter e Tendências do Movimento Cooperativo no Brasil, in A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. Coletânea publicada com a colaboração da Fundação Friedrich Naumann, Bonn - Alemanha. São Paulo, 1973. p. 88.

detentores do poder que bem ou mal conduzem os destinos do cooperativismo em seu proveito, de preparar alguém para dirigir e desfrutar do que eles usufruem sôzinhos e, se contrariamente à doutrina, de acordo com os interesses de sua classe.

Por outro lado, a classe trabalhadora, a essas alturas não consegue mais alcançar toda a complexidade do sistema. Ouve as pregações de que a cooperativa lhe pertence e que seu sustentáculo é a ajuda mútua, o trabalho conjunto voltado para o bem coletivo. Se algum conhecimento tivesse veria de saída que as coisas não são bem assim. O conhecimento é a base de toda ação consciente e sem êle ninguém se conduzirá pelos meandros de qualquer sistema. Quando já de início, não se tendo esse conhecimento, buscou-se a ajuda estatal para um mais rápido crescimento econômico e aprimoramento do Movimento, caiu-se num labirinto do qual não se encontra a saída.

Hoje o cooperativismo brasileiro desvirtuou-se totalmente dos princípios que lhe deram origem na Europa e que aqui foram implantados no início do século, representando uma organização da classe dominante reforçando e reproduzindo o sistema vigente.

O cooperativismo brasileiro é firmado em situações paradoxais e mais uma é observar-se que até 1960 as cooperativas urbanas eram mais numerosas e mais dinâmicas que as rurais e que a partir daí declinaram e estagnaram apesar do crescimento dos centros urbanos inclusive com um excedente populacional advindo da zona rural.

Entre os motivos para o declínio das cooperativas urbanas podem ser considerados: o tratamento desigual que o próprio sistema econômico dá ao cooperativismo favorecendo as sociedades anônimas; as dificuldades de assistência técnica, ajuda financeira e creditícia; insuficiência de capital e supressão das isenções fiscais; obrigação de pagar impostos sobre a circulação de mercadorias e restrições le-

gislativas com o prevalecimento do centralismo estatal.

Por outro lado, apesar dessa diferença de tratamento alegada, as cooperativas rurais cresciam e se consolidavam, graças a ajuda dos governos Federal e Local.

Esse apoio tem sido renovado intensamente em virtude, entre outros, da união de forças para lutar contra a inflação agravada pela crise do petróleo; da busca do equilíbrio da balança de pagamentos que alguns produtos agrícolas, como soja, algodão, cacau, açúcar e café proporcionam alcançar através da exportação; da crise energética voltando-se para investir na produção do álcool e para superar o aumento do custo de vida agravado pelas secas e péssimas colheitas.

Investindo na agricultura, as cooperativas agrícolas recebem atenção particular e aumentando a produção alimentar, o Governo procura reativar a economia brasileira, aumentar o nível de oferta de empregos, conter tensões sociais e estimular as exportações.

Nesse contexto entretanto, torna-se impossível a sobrevivência das cooperativas que tem pequena capacidade de produção e comercialização o que novamente leva-as a fundir-se formando empresas cooperativas reforçadas pelo aumento da produtividade e capacidade de enfrentar a concorrência.

Assim, a Região Sudeste/Sul mantém-se à frente do Movimento Cooperativista Agrícola, tendo esse se aproveitado do dinamismo dessa região, principalmente de São Paulo e Rio Grande do Sul para se desenvolver.

No Norte/Centro Oeste o desenvolvimento do Movimento Cooperativista se vê diante da pouca densidade demográfica não encontrando condições de praticar alguma forma de associação, com exceção do Pará, Acre e Amazonas que possuem algumas pequenas cooperativas mistas e Brasília, que nessa região é um polo de atração e desenvolvimento por ser a capital do país.

O COOPERATIVISMO NO NORDESTE

Em termos de Nordeste só a partir de 1937 é que o cooperativismo passou a ser intensificado, porém muitas cooperativas não tiveram êxito e desapareceram.

Somente após 1964 é que o cooperativismo rural toma novo impulso, a partir da tentativa do governo de disciplinar a situação agrária.

Assim, o objetivo geral de todos os planos elaborados para o Nordeste procuraram elevar o crescimento da produção primária; combater o estrangulamento da comercialização da produção; orientar a produção de alimentos para o consumo interno, utilizando o cooperativismo como instrumento para alcançar as metas propostas. (66)

No entanto, as cooperativas nordestinas lutam para sobreviver e também buscam, através de concentração, vencer os obstáculos que tornam difícil a sua expansão.

Entre os obstáculos que encontram aparece a própria estrutura fundiária uma vez que só 30% da população rural possui terras, tendo como agravante que as terras cultiváveis pertencem a um pequeno grupo de latifundiários; a insuficiência de transporte, irrigação, assistência técnica e financiamento, além das condições climáticas.

No Nordeste, embora existam algumas cooperativas ligadas a grande produtores, como as de cana de açúcar, algodão e sisal, predominam as cooperativas agrícolas mistas, as quais convêm à policultura dos pequenos agricultores.

O cooperativismo agrícola brasileiro engloba três tipos de cooperativas: as que estão ligadas à agricultura

(66) PESSOA, Walter J. O. da Veiga. Percepção de Poder e Participação em uma Cooperativa Agrícola do Estado de Pernambuco. Dissertação de Mestrado (mimeo). Viçosa, Minas Gerais, 1981. p. 3.

ra de exportação, outras voltadas para o setor de comercialização que visa o mercado interno e por fim as que são características das regiões agrícolas menos desenvolvidas, como é o caso do Nordeste. Estas surgem das dificuldades que os pequenos proprietários e arrendatários têm de superar a agricultura de subsistência pela dificuldade de comercialização de seus produtos e de obtenção de crédito individual.

Há nestas cooperativas a expectativa de que venha a beneficiar o associado, avaliando seus empréstimos, assistindo-o tecnicamente e comercializando sua produção.

Isso nem sempre ocorre por existir falta de interesse dos administradores de amparar a produção do pequeno agricultor deixando assim de alcançar o que deveria ser seu principal objetivo. (67)

Por outro lado verifica-se que os associados não têm condições de exigir situação inversa uma vez que suas relações com a cooperativa são de total subordinação, não tendo noção de que são seus verdadeiros proprietários e não simples usuários dos serviços que lhes oferecem. (68)

Outros estudos sobre o cooperativismo nordestino têm sido feitos e RIOS (69) tem procurado mostrar a importância de órgãos governamentais como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e os Departamentos Estaduais de Assistência ao Cooperativismo - DACs, promovendo programas de apoio ao setor cooperativo em termos de assistência técnica, creditícia e educacional, mas salienta a pouca importância do setor cooperativista nordestino para a

(67) URQUEZA, W. Financiamento às Cooperativas pelos artigos 34 e 18. Cooperativismo e Nordeste. Vol. 1. Nº 27. Recife, 1966. p. 30.

(68) SUPLAN. Pesquisa Sócio-Econômica das Cooperativas de Produtores e de Produção Agrícola Brasileiras. Brasília, 1977. p. 15.

(69) RIOS, Gilvando Sá Leitão. Cooperativas Agrícolas no Nordeste Brasileiro e Mudança Social. Dissertação de Mestrado (mimeo). Piracicaba São Paulo, 1976. p. 5.

implementação de uma política agrícola.

Entre os pontos que cita como responsáveis por essa situação estão o próprio subdesenvolvimento da região e com êle o incipiente grau de conscientização cooperativa, a baixa produtividade e fraca comercialização que não se pode desvincular da estrutura fundiária e limitações financeiras e administrativas.

Além desses, somam-se os interesses da classe dominante que bloqueiam toda e qualquer intenção de adequação do sistema às reais necessidades dos pequenos produtores, sendo assim o cooperativismo usado mais como instrumento de controle que de mudança social.

COMUNIDADES

A TEORIA SOCIOLOGICA E O CONCEITO DE COMUNIDADE

Alguns conceitos básicos da teoria sociológica tem sido objeto de estudo por diversos autores na tentativa de uma maior precisão no seu emprego.

O termo comunidade, que se encontra entre eles tem sido repensado e muito discutido em função da ambiguidade de sentido que apresenta.

As mudanças ocorridas na sociedade há alguns anos também vem contribuindo para essa reconceituação.

Essa reconceituação faz-se necessária e PERRIN, citado por CASTRO e DIAS (70) afirma:

"todo conceito acaba por per -

(70) CASTRO, Ana Maria e DIAS, Edmundo F. Introdução ao Pensamento Sociológico. Livraria Eldorado. Rio de Janeiro, 1976. p. 6.

der sua utilidade, sua própria significação, quando nos afastamos pouco a pouco das condições experimentais em que ele foi formulado. Os conceitos como os métodos são função do domínio da experiência".

Alguns autores empregam o termo comunidade como representação das relações orgânicas que existem no mundo dos animais e plantas bem como nas relações humanas, que vivem juntas em base simbiótica.

Outros citam a comunidade mais como relação psíquica que orgânica e têm ressaltado o consenso sobre a simbiose e a ação coletiva sobre a divisão do trabalho.

Seria essa a diferença fundamental entre SPENCER COMTE. O primeiro acentuava um aspecto do complexo social, isto é, a divisão do trabalho, a concorrência, a interdependência; o segundo considerava o consenso, isto é, a cultura, as experiências, os objetivos comuns e a compreensão, como o fato mais importante na coesão social. (71)

A comunidade designa uma série de fenômenos que se estendem desde a divisão do trabalho até a ação coletiva.

A teoria de TONNIES, segundo GALLIANO (72) define comunidade como sendo:

"um agrupamento onde as pessoas encontram-se unidas por laços naturais e espontâneos, bem como por objetivos comuns que transcenderiam os interesses

(71) WIRTH, Louis. Delineamento e Problemas da Comunidade, in Comunidade e Sociedade. Editora Nacional. São Paulo, 1973. p. 85.

(72) GALLIANO, A. Guilherme. Introdução à Sociologia. Harper e Row do Brasil. São Paulo, 1981. p. 121.

particulares de cada um".

Em outras palavras, na comunidade de TONNIES não existiria oposição, mas uma natural e espontânea identidade entre os interesses de todos os seus membros.

Essas comunidades resultam de um processo afetivo, vital e orgânico e implicam na vontade natural de "estar juntos" numa convivência prolongada se apresentando sob as seguintes formas:

- a) "as comunidades de sangue como o parentesco, correspondente à primeira forma de vontade orgânica - o desejo;
- b) as comunidades de lugar como a vizinhança que corresponde à segunda forma de vontade orgânica - o hábito;
- c) as comunidades de espírito baseadas na amizade correspondendo à terceira forma de vontade orgânica - a memória".

Além dessas características, desejo, hábito e memória, as comunidades ainda seriam as depositárias da moralidade dominante em cada época e lugar.

TONNIES é criticado por alguns autores pelo fato de haver sustentado uma concepção idílica de comunidade como se a comunidade fosse um modelo de perfeição no que tange à solidariedade humana.

Também WEBER estudou as diversas modalidades de comunidades e dividiu-as em comunidades domésticas, de vizinhança e emocional.

A comunidade é o tipo mais estável de sociabilidade e está presente em todos os grupos organizados. (73)

(73) GURVITCH, Georges. La Vocation Actuelle de la Sociologie. PUF. Paris, 1957. p. 126.

A comunidade pressupõe uma vida em função de coisas que são comuns a todos, se dá através de uma certa atração interna entre pessoas e uma pressão exercida pelo exterior.

Sob esse prisma a definição de FERREIRA (74) é muito coerente quando afirma que a comunidade é a:

"forma de sociabilidade resultante do equilíbrio entre as duas forças exercidas pelo conjunto sobre os participantes, a atração interior e a pressão exterior".

Para MELO (75), a comunidade nasce da vontade de "estar juntos", trabalhar e lutar juntos pela defesa de interesses comuns, supondo uma cultura, experiências e objetivos comuns.

FERNANDES (76) diz que existe comunidade:

"onde quer que os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos de modo tal que partilhem, não deste ou da aquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum. O que caracteriza a comunidade é que a vida de alguém pode ser totalmente vivida dentro dela e todas as suas

(74) FERREIRA, Francisco de Paula. Teoria Social de Comunidade. Editora Herder. São Paulo, 1968. p. 45.

(75) MELO, Luis Gonzaga. Ideologia Dominada, Ideologia Dominante e Consciência de Classe: um estudo de caso sobre Comunidades Eclesiais de Base. Dissertação de Mestrado (mimeo), Campinas Grande-Paraiíba. 1981. p. 108.

(76) FERNANDES, Florestan. Comunidade e Sociedade: leituras sobre Problemas Conceituais, Metodológicos e de Aplicação. Com. Editora Nacional. São Paulo, 1972. p. 122.

relações sociais podem ser encontradas dentro dela".

Mais sucintamente FERNANDES (77) definiu comunidade como sendo:

"um grupo de indivíduos com relações recíprocas que se servem de meios comuns para obter fins também comuns, localizados numa determinada área territorial"

e essa é a definição que melhor se adequa aos interesses deste trabalho.

AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

Fenômeno mundial é a existência de grupos informais na Igreja, no entanto a idéia de Comunidades Eclesiais de Base teve sua origem na América Latina como tradução prática das opções de Medellín e Puebla.

As Comunidades Eclesiais de Base não são toda a Igreja e Puebla não é o fim e sim um começo, um chamado ao compromisso.

Puebla significa o documento elaborado a partir da Assembléia Episcopal denominada Conferência de Puebla, em 1979, alicerçado no Vaticano II, Conferência de Medellín e o próprio discurso de abertura daquela conferência.

Puebla apresenta as Comunidades Eclesiais de Base como opção e modelo eclesial, a partir do povo.

(77) FERNANDES, Florestan. *Comunidade e Sociedade: leituras sobre Problemas Conceituais, Metodológicos e de Aplicação*. Com. Editora Nacional. São Paulo, 1973. p. 145.

As Comunidades para MARINS (78) representam:

"o ponto gerador e explicitador desse modelo eclesial ligado ao povo... Elas promovem a co-responsabilidade dos fiés na ação pastoral e em relação à sua realidade imediata, numa linha libertadora... Não constituem simplesmente uma expressão do amor preferencial da Igreja pelo povo simples, mas representam também a possibilidade concreta do compromisso de transformar o mundo".

As Comunidades Eclesiais de Base compõem-se de cristãos que querem viver relações pessoais e fraternas dentro da vida da Igreja buscando uma evangelização libertadora e a construção de uma nova sociedade.

As Comunidades Eclesiais de Base não são um movimento apostólico, não são uma fórmula milagrosa para sanar os males da sociedade e da Igreja, não são um grupo messiânico embora possam e devam ser proféticas, não são um grupo de contestação, oração, ou discussão, não são um grupo especializado nem uma cooperativa, não são uma comunidade natural nem um mero companheirismo.

As Comunidades Eclesiais de Base são, comunidade, no sentido de integração entre seus membros, eclesial, precisando seu ser como Igreja e de base, significando popular. (79)

Pode-se entender também por base:

"a parte da população de uma

(78) MARINS, José. *Povo e as Comunidades Eclesiais de Base*. Edições Paulinas. Nº 12. São Paulo, 1980. p. 54.

(79) *Ibid.*, p. 58.

sociedade que se encontra privada ao mesmo tempo do ter, do poder, e do saber". (80)

São um processo que se encontra em movimento e não um trabalho acabado. Têm um caráter experimental que não permite traçar seus limites de ação e resultados. Não é universal, mas já discutia-se sobre elas no Sínodo de 1974.

Surgiram da necessidade de um trabalho em comum, cooperativo, de ajuda mútua, desenvolvendo-se num clima de fraternidade e partilha das responsabilidades que levasse as pessoas a melhores condições concretas de vida, a um engajamento no mundo, sob a luz do Evangelho.

DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

As Comunidades Eclesiais de Base, surgindo como realidade dinâmica de uma comunidade, buscando um novo modelo de Igreja e um novo modelo de sociedade, tem se desenvolvido em níveis diversos na América Latina, em países da África, nas Filipinas, na Coréia do Sul, no Brasil e outros, procurando sempre evidenciar-se no Terceiro Mundo, como força social transformadora. (81)

No Brasil, a partir de 1956, na diocese de Barra do Piraí, no Rio de Janeiro, surgiu um grande trabalho catequético e missionário que hoje é apontado como precursor das Comunidades de Base. Seguiu-se o Movimento de Educação de Base (MEB) organizado pela arquidiocese de Natal visando aliviar os sofrimentos dos pobres e proporcionar-lhes condições de vida mais humanas. A partir de 1962 os Planos da Pastoral expandem-se por todo o país com a co-responsabilidade

(80) GULMARÃES, Almir Ribeiro. Comunidades de Base no Brasil. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 1978. p. 92.

(81) CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. A Igreja e o Povo. Novos Estudos Cebrap, Vol. 1,2 : abril 82. São Paulo, 1982. p. 50.

da CNBB. (82)

As Comunidades Eclesiais de Base surgem e se desenvolvem de diversas formas. Há uma grande diversidade de pontos de partida e heterogeneidade também, em sua composição social, que embora seja composta, em sua maioria, de elementos de estratos mais baixos de renda, o fato de serem tanto rurais como urbanas, já estabelece, entre outras, algumas diferenças.

O crescimento quantitativo das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil deve-se à necessidade que têm as camadas populares de se organizarem na busca de novas formas de participação e encontrarem na renovação da Igreja o espaço que procuravam para se fortalecer.

As Comunidades Eclesiais de Base, de um modo geral, têm uma função pedagógica, de orientação e informação, tornando-se exemplo vivo da nova articulação popular e democrática, tendo a Igreja assumido o papel mobilizador e capaz de difundir uma nova concepção de sociedade e justiça social. (83)

A METODOLOGIA DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

A metodologia do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base obedece a alguns pontos centrais como sejam:

1) Motivar, mobilizar e vincular:

"trata-se de despertar e manter vivas as aspirações e esperanças de ser uma comunidade autêntica". (84)

(82) GULMARÃES, Almir Ribeiro. Comunidades de Base no Brasil: uma nova maneira de ser em Igreja. Editora Vozes. Petrópolis, 1978. p. 21.

(83) CARDOSO, Ruth. Duas faces de uma Experiência. Novos Estudos Cebrap, Vol. 1,2 : abril 82. São Paulo, 1982. p. 55.

(84) MARINS, José. Comunidades Eclesiais de Base: Foco de Evangelização e Libertação. Edições Paulinas, nº 14. São Paulo, 1980. p. 83.

Em todas as ocasiões de mudança, a renovação deve começar por reafirmar as motivações fundamentais de acordo com a utopia central.

- 2) Pedagogia Indutiva Globalizante - essa pedagogia forma-se com base na associação da práxis com a utopia:

"práxis sem utopia é manipulação da fé e utopia sem práxis é alienação". (85)

A utopia concretiza-se em cada realidade a partir das experiências que a práxis provoca. Trata-se de uma práxis desafiadora pois realiza-se a partir dos oprimidos.

- 3) Opção de fronteira:

"fronteira significa aqueles que estão longe das decisões da sociedade, da própria vida e até da Igreja". (86)

Significa lidar com os que estão à margem da classe dominante, do processo produtivo da sociedade. Visa construir com eles uma sociedade justa e livre, o que exige mudanças nas estruturas sócio-econômico-políticas além da ideologia dominante; e revisar sempre, a vida e as estruturas das próprias comunidades.

- 4) Assumir as crises e aceitar as consequências do compromisso

"o processo de libertação inicia-se quando a pessoa é valorizada e se valoriza. Isso se dá quando abrem-se os

(85) MARINS, José. Comunidades Eclesiais de Base: Foco de Evangelização e Libertação. Edições Paulinas, nº 14. São Paulo, 1980. p. 84.

(86) Ibid., p. 85.

olhos, os ouvidos e o nariz para a realidade e a inteligência e a vontade para fazer opções e comprometer-se até as últimas consequências". (87)

Sendo as Comunidades Eclesiais de Base, comunidades libertadoras, geram conflitos em seus próprios elementos, conflitos esses ocasionados pela insegurança, desorientação, solidão, etc... e repressão por parte da classe dominante.

5) Processo Celular - realiza-se nas raízes não preocupando-se com quantidade, mas com a qualidade, pela sua força e vitalidade.

A motivação que os anima é procurar o sentido da vida humana e os caminhos dessa procura são variados e giram em função de cada realidade. Todos eles contudo, são Igreja de base e inauguram um novo modelo eclesial, libertador, profético e comunitário.

A PRÁTICA DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

O básico de todo o trabalho é nascer respondendo às questões e problemas do homem, ajudando-o a refletir, a buscar as possíveis soluções para essas questões e problemas.

Frequentemente nas comunidades a reflexão bíblica faz nascer no homem a conscientização de suas condições de vida e o desejo de buscar uma sociedade mais justa e igualitária.

Essa conscientização pode ser uma consciência polí

(87) MARINS, José. Comunidades Eclesiais de Base: Foco de Evangelização e Libertação. Edições Paulinas, nº 14. São Paulo, 1980. p. 78.

tica em potencial e nesse sentido as Comunidades Eclesiais de Base têm pelo menos dois objetivos:

- 1) "a conscientização de seus membros, quer sejam operários ou camponeses, de sua situação frente ao sistema;
- 2) a responsabilidade pelo incentivo de fundação de sindicatos e cooperativas".⁽⁸⁸⁾

De acordo com MARINS ⁽⁸⁹⁾, as comunidades assumem o seu compromisso social, a sua libertação, com base em três pontos:

- 1) "pelas exigências da fé;
- 2) pela participação nas lutas sociais;
- 3) como consequência dos esforços de promoção humana".

Participando de uma ação concreta, a comunidade começa a descobrir o seu envolvimento no complexo meio que a rodeia, suas causas e seus efeitos. Isso acontece na medida em que procura solucionar, de forma direta, os problemas locais, através de ajuda mútua, ações comunitárias e recursos às autoridades.

E salienta MARINS ⁽⁹⁰⁾

"a vivência da Comunidade Eclesial de Base constitui um fermento provocador, uma conscientização perigosa, uma in-

(88) GUIMARÃES, Almir Ribeiro. Comunidades de Base no Brasil. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 1978. p. 42,

(89) MARINS, José. Metodologia Emergente das Comunidades Eclesiais de Base. Edições Paulinas, nº 13. São Paulo, 1980. p. 27.

(90) *Ibid.*, p. 29.

tuição que pressiona em direção a alternativas de sociedades mais justas e fraternas".

O povo começa a descobrir os interesses opressores, as injustiças, o fogo do poder a serviço de poucos, a manipulação, as omissões e questiona a sociedade tentando combater o que escraviza o homem e isso acaba, mais cedo ou mais tarde se constituindo num elemento de conflito que extrapola uma utopia provocadora, mas age como ponto fundamental na busca de uma melhor sociedade.

CAPÍTULO V

RESULTADOS E DISCUSSÃO

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como salientou-se anteriormente, o cooperativismo surgiu para atenuar ou suprimir os desequilíbrios sócio-econômicos gerados pelo sistema capitalista iniciante buscando, através da ajuda mútua, uma integração das instâncias da produção, distribuição e consumo de mercadorias, constituindo a base de uma nova sociedade mais humana e justa, não comportando nem exploradores nem explorados.

Tal fato não conseguiu concretizar-se em nenhum momento histórico, ao contrário, o cooperativismo incorporou-se à própria dinâmica da expansão de capital embora continue sendo difundido como um instrumento de mudança social.

A evolução histórica do cooperativismo mostra o seu ajustamento ao contexto social próprio de cada sociedade, na maioria dos casos testemunhando a consolidação do capitalismo como modo de produção dominante e inclusive sendo organizado de forma semelhante à empresa privada, descaracterizando-se e invalidando seus princípios básicos. (91)

(91) SCHNEIDER, João Elmo. Desenvolvimento Capitalista e Cooperativismo no Brasil. Centro de Estudos e Pesquisas Rurais-CEPER. Brasília, 1979. p. 4.

Essa tendência, embora paradoxal é também constatada em alguns subsetores do cooperativismo brasileiro.

A própria estrutura fundiária do país, altamente concentrada, e as relações de poder que daí decorrem ao nível das comunidades locais, constituem obstáculos quase intransponíveis à concretização da utopia cooperativista. O que se observa é a perpetuação das relações assimétricas que propiciam a extração de excedentes dos grupos subordinados por um grupo geralmente minoritário de associados, economicamente mais abastados que tendem a se revezar no controle dos cargos administrativos da empresa.

Como empresas, à medida que se expandem, atingem uma complexidade operacional que as distancia cada vez mais dos trabalhadores e pequenos produtores rurais caracterizados pelo baixo nível educacional, dificultando sua efetiva integração na cooperativa onde são o elemento básico, transformando-os em meros clientes dos seus serviços.

O associado desconhece o sentido do termo cooperativismo, desconhece seus princípios e funcionamento, desconhece a importância de integração e participação, tem a cooperativa como uma outra qualquer empresa que lhe presta algum tipo de serviço a preço mais reduzido que no mercado.

O corpo de conhecimento teórico já existente e os dados empíricos desse trabalho leva-nos a constatar que o homem rural procura a cooperativa como sua única escolha e por proporcionar-lhe uma certa segurança assistencial, podendo influir também, de forma concomitante, as relações de amizade e parentesco que tem muito peso na vida rural.

Em nenhum momento, a utopia cooperativista impulsionou o homem do campo à cooperativa. Constatou-se que o que tem levado o agricultor de Esperança e cidades circunvizinhas a associar-se à cooperativa têm sido motivos semelhantes, de caráter individualista, totalmente desvinculados dos princípios originários do cooperativismo:

"os amigos me chamaram, disseram que as coisas lá era mais barato que no comércio, uma pã, uma carroça; agente arranja semente selecionada, tem farelo pru gado".

(... entrevistado)

"o agricultor tem precisão de ajuda e na cooperativa tem a semente selecionada, tem o veneno (inseticida), pode ter um empréstimo no banco, até agora num sei porque num saiu, mas pode sair esse ano".

(... entrevistado)

"a pessoa do Capitão que é meu amigo, é gente bem".

(... entrevistado)

Essas afirmações mostram que a Cooperativa de Esperança tem atendido ao associado na medida em que lhes propicia a compra de insumos e materiais agrícolas a preço mais acessível que no mercado local.

Os serviços prestados pelas cooperativas são tidos como insuficientes, não atendendo às necessidades dos pequenos produtores e trabalhadores rurais ⁽⁹²⁾ contudo, na cooperativa em estudo, apesar dos serviços ainda serem pouco abrangentes, em 1981 foi o primeiro ano que a cooperativa recebeu o algodão para revenda, os associados acreditam em seu crescimento. Lamentável que esse - acreditar - não seja no sistema como tal visto que desconhecem o próprio sistema e o que poderia proporcionar-lhes não fosse representante da classe domi-

(92) SCHNEIDER, João Elmo. O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso brasileiro, in *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*. Cortez Editora, São Paulo, 1981. p. 15.

nante, mas seja na pessoa do presidente que é por demais respeitado:

"a cooperativa quase fechou por falta de administração, mas um grupo de proprietários compreenderam a necessidade de uma cooperativa para o bem dos agricultores e fomos falar com o Capitão que demorou, mas terminou aceitando tomar conta na reabertura".

(... entrevistado)

"a cooperativa ressurgiu pelo interesse de alguns agricultores e do Capitão que tem feito ela crescer".

(... entrevistado)

"a cooperativa tá crescendo, o Capitão é muito eficiente, êle se interessa, é meu amigo e meu cumpadre, trata todos com atenção procurando ajudar, se agente não tem o dinheiro na hora, compra e paga depois".

(... entrevistado)

"o Capitão vai levar essa cooperativa prã frente, mas se o Capitão sair, vai tudo cair de novo".

(... entrevistado)

Parece ser uma situação bem peculiar. A presidência foi escolhida pelos associados, dedica-se a esses associados infundindo-lhes uma extrema confiança e luta realmente pelo crescimento da cooperativa. Mas essa presidência, o-

bedecendo ao próprio estatuto, há de ser substituída e o sistema não tem interesse de preparar os agricultores para participar da cooperativa tendo pelo menos uma parcela, condições de assumir os devidos cargos e buscar o benefício comum.

O Capitão tem sido visto como a pessoa que impulsionou a cooperativa. Considera-se pequeno produtor como a grande maioria dos associados embora confirme que sua patente - capitão da reserva do exército - influencie na posição que desfruta na sociedade local e nos órgãos governamentais que procura para conseguir recursos para a cooperativa. Afirma que o cooperativismo era seu desconhecido até bem pouco tempo, mas que fará o possível para que a cooperativa cresça. Analisando sua atuação observa-se que realmente tem feito uma boa administração na cooperativa, tomando-a como uma empresa que deve apresentar lucro,

"prometi fazer a cooperativa crescer e vou cumprir".

Realmente ela tem crescido, além da administração, o número de sócios, patrimônio e comercialização tem ajudado nesse crescimento. Contudo, a própria mentalidade capitalista e a necessidade de satisfazer ao sistema, afasta a preocupação de familiarizar, de educar o associado ao trabalho desenvolvido, fazendo-o crescer com a cooperativa. Os associados não têm condições de dirigir a cooperativa e não havendo interesse em fornecer essas condições eles continuarão numa condição de subordinação que RIOS ⁽⁹³⁾ constatou caracterizar os agricultores nordestinos. Essa subordinação aos interesses políticos dos "donos da cooperativa" é devida a alguns fatores, entre eles, falta de espírito de liderança e empresarial, analfabetismo e ter a educação cooperativista como um processo estranho à sua formação cultural.

(93) RIOS, Gilvando Sá Leitão. Pré-Cooperativismo, etapa queimada, in A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. Coletânea publicada com a colaboração da Fundação Friedrich Naumann, Bonn - Alemanha. São Paulo, 1973. p. 322.

Apenas uma ínfima minoria, observou-se, teria essas condições uma vez que se desconhece o sentido do trabalho cooperativo. Para êles a utopia cooperativista é muito vaga; desconhecem seu significado, a confundem com a própria cooperativa, enfim, com pequenas exceções, não sabem o que responder:

"é a venda de mercadoria para os associados".

(... entrevistado)

"é reunir os associados e explicar os trabalhos, o que é e como beneficiar os associados".

(... entrevistado)

"é o que desperta o interesse do setor público".

(... entrevistado)

"é um benefício pra os agricultores, mas num sei lhe explicar purquê".

(... entrevistado)

"num sei bem dizer, mas acho que esse trabalho deve progredir, mas o povo num progride".

(... entrevistado)

"é um trabalho que reúne os esforços de algumas pessoas em benefício de muitos, mas poucos fazem por falta de consciência".

(... entrevistado)

Além do pouco que conhecem, pouco procuram ou têm oportunidade de conhecer e suas idas à cooperativa limitam -

-se a "fazer compras", "bater papo" e às relações de parentesco.

O processo de cooperação pressupõe uma convergência de interesses para concretizar-se e a educação cooperativa seria imprescindível ao seu bom desenvolvimento sendo essa educação uma preparação pré-cooperativista, etapa queimada em nosso meio rural. (94)

Sendo o cooperativismo um instrumento da classe dominante nada mais lógico do que se desenvolver às custas do despreparo da classe trabalhadora. Não seria conveniente aos interesses dos detentores do poder fornecer aos trabalhadores uma educação, não escolar, mas baseada na formação de uma consciência, que lhes propiciasse posteriormente enxergar sua condição sub-humana de vida.

Por outro lado, embora inserido no mesmo contexto sócio-econômico nordestino, o trabalho associativo comunitário, baseado numa utopia concreta, tem conseguido sobreviver e se expandir sem esse total condicionamento ao modelo de desenvolvimento capitalista. Esse trabalho tem encontrado resistência entre os proprietários que não o aceitam por temerem perder a posição de dominação sobre os pequenos produtores e categorias rurais congêneres e entre alguns destes que receiam perder seu lugar na propriedade. Entretanto tem propiciado a formação de uma mentalidade e atitudes nunca observáveis em associados de cooperativas legalmente constituídas.

Como o fundamental do trabalho é o espírito de cooperação e ajuda mútua baseados no Evangelho, tem-se observado mudanças sensíveis no modo de vida do povo local, ele o sente e reconhece a importância da participação da Igreja:

(94) RIOS, Gilvando Sã Leitão. Pré-Cooperativismo: etapa queimada, in A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. Coletânea publicada com a colaboração da Fundação Friedrich Naumann, Bonn - Alemanha. São Paulo, 1973. p. 315.

"prã cumeçã, sō cum a Igreja ou outra pessoa que falasse a verdade, prã aquele ajudozi - nho".

(... entrevistado)

"nōs vivia, mas nōs não tinha descoberto que nōs vivia, mas chegou um padre novo na Aratuba e veiu ver nōs no Fernandes. Adispois tornou a voltar e conversar cum nōs sobre os problemas e perguntar se nōs discutia os problemas com a mulher, cum os vizinhos... e nōs comeceмо a pensar que as coisa podia mudar. Um dia cunversou prã nōs sobre um enxame de abeia dizendo que se chegasse u ma abeia no meio de uma multi - dão era sō tocar o pē na abeia esmagava e tudo se acabava, mas se chegasse um enxame de abeia botava todo mundo prã correr. Aĩ fez a cumparação com um toco grande dizendo que se che - gasse sō uma ou duas pessoa prã arrancar, num arrancava porque o toco era grande e ta - va bem fincado, mas se chegasse quatro, cinco ou seis pes - soa, aĩ se arrancava o toco... Aĩ o padre perguntou se nōs topava se reunir, formar uma comunidade e nōs disseмо que topava prã acumpanhar um que logo disse que topava, mas nōs não sabia se reunir, num sabia cunversã".

(... entrevistado)

"se num fosse o padre a gente ainda era abrutamente como era antes, depois cumecemos a reunir, a entrã num lugar prã resolver as coisas e sempre se aprofundando no Evangelho".
(... entrevistado)

A Igreja teve uma importância fundamental no início do trabalho despertando o interesse pela união, pela reflexão sobre seus problemas, pela forma de resolvê-los e frequentemente nas comunidades, a reflexão bíblica faz nascer no homem a conscientização de suas condições de vida e o desejo de almejar uma sociedade mais justa e igualitária:

"a Igreja ajuda muito, o Evangelho era lido e ficava cum o padre, hoje está na vida da gente".
(... entrevistado)

"o mais importante do trabalho é a união que nōs vive, é ajudar os outros e entender as coisas".
(... entrevistado)

"o trabalho tem melhorado muito, a vida em família ficou unida e antes criava desunião e os filho se criava naquilo".
(... entrevistado)

"o nome comunidade já fala: trabalho comum, nōs tudo junto descobre as coisa junto, porque nōs sō, pensa, mas não descobre e junto encaminha".
(... entrevistado)

Para esse despertar a Igreja sempre reuniu os grupos e hoje existe reuniões para quase tudo, mesmo e quase sempre sem a presença do padre:

"tudo que interessa ao bem comum nós reúne para resolver".
(... entrevistado)

Existem reuniões de pais e mestres, de comunidade, de sindicato onde discutem problemas de terra e trabalho, direitos e deveres:

"nós se reúne pra saber se é certo ou não o que os homens quer, se nós vê que num é, nós não aceita e todos juntos tem força".
(... entrevistado)

e de educação política onde discutem o que é política, seus direitos e deveres:

"nós hoje tem o mesmo direito que o candidato para discutir política, antes nós pensava que só tinha o dever de votar no dia 15".
(... entrevistado)

"essas reunião tem ajudado nós a aprender a votar, a quem dá o voto".
(... entrevistado)

"nós pensava que quando um político ajudava nós, nós tinha dever de votar nele, hoje nós entende que o ajuda que ele deu a nós é uma obrigação, nós tem

*o direito de ser ajudado por
 êle que foi eleito pelo povo".
 (... entrevistado)*

Essas reuniões programadas para cada sexta, sába - dos e domingos do mês quebram a informalidade com que surgiu o trabalho, mas são indispensáveis ao seu próprio funciona - mento à medida que se expande e introduz mudanças.

Entretanto, à medida que se expande tende a gerar algum tipo de institucionalização para abranger uma comuni - dade maior. Se o conseguem de fato, é possível que percam a força da utopia e vejam-se obrigados a um engajamento no pró - prio sistema como um todo deixando de representar a classe trabalhadora e perdendo o caráter de veículo de mudança que sentem e pregam:

*"o trabalho mudou nossa vida,
 num se vê os frutos como lim -
 pando um roçado que mal começa
 já tá limpo".
 (... entrevistado)*

*"antes nós num tinha prano, de -
 pois do trabalho nós começou
 a guardar, criar e fazer prano
 pra aumentar as coisa da gen -
 te".
 (... entrevistado)*

*"os nossos filho vão ter uma vi -
 da melhor, não podemos ver os
 frutos logo, mas êles vão ver,
 ninguém tem pressa".
 (... entrevistado)*

O trabalho associativo informal no caso, gerado pelas das Comunidades Eclesiais de Base, responde melhor aos problemas e anseios da população contribuindo para a forma -

ção de uma consciência individual e coletiva enquanto o trabalho associativo formal, institucionalizado, não tem interesse na formação de uma consciência da comunidade envolvida, no caso, os associados da cooperativa, uma vez que se encontra, de princípio, inserido na própria dinâmica social do país e usa a cooperativa, não como instrumento de mudança, mas de fortalecimento do próprio sistema.

Observou-se que a cooperativa não realiza reuniões para discutir um trabalho conjunto com os sócios. As reuniões mais frequentes são apenas do Conselho Fiscal e uma ou duas, no máximo, Assembléias Gerais por ano. Além da escassez de reuniões observou-se ainda que os sócios não tem interesse pelas poucas que se realizam:

"dizer bem a verdade, eu não as sisti nenhuma, se realiza eu não sei".

(... entrevistado)

"realiza algumas, vez por outra, mas não participo".

(... entrevistado)

"num sei dizer, se fez num fui avisado ... se fosse avisado a cho que num ia, tenho que cuidar do meu interesse".

(... entrevistado)

"sei que tem as da diretoria e a da eleição, outras num sei informar".

(... entrevistado)

e muitos nem sabem a quem pertence a cooperativa. Exemplo disso são algumas respostas dadas:

"a todos"; "ao povo"; "ã dire-

toria".

(... entrevistados)

Claro está que também muitos sabem que a cooperativa pertence aos sócios "por direito de lei" como afirmam e todos dizem interessar-se pelo movimento da cooperativa. No entanto constatou-se que poucos, talvez só a diretoria e mais uma meia dúzia, entendem o seu funcionamento:

"entendo em virtude da minha formação profissional (advogado)".

(... entrevistado)

"num penetrei nessa parte por - que não pertença à diretoria".

(... entrevistado)

"não entendo, a gente vive na agricultura e a cooperativa fica pra lá".

(... entrevistado)

"muito bem não, o presidente entende, é ele quem toma conta, é muito eficiente".

(... entrevistado)

Os motivos que apresentam para não entender o funcionamento da cooperativa deixam transparecer nitidamente a inconsciência de seus atos, de sua não participação no órgão que lhes pertence

"estou envolvido noutras coisas do meu interesse, o Capitão é que tem de se interessar, eu tenho de me interessar pela minha terra".

(... entrevistado)

"num sei o povo do sítio é muito por fora dessas especulação".

(... entrevistado)

"num entendo porque não é de muita necessidade para mim".

(... entrevistado)

"a cooperativa devia instruir, mas não se interessa nem os sócios também".

(... entrevistado)

"devia entender porque é um direito sagrado, mas o homem do sítio se apoca (acanha) de está especulando porque pode aborrecer, sabe como é esse povo".

(... entrevistado)

Os trabalhos em análise, ambos associativos e por princípio baseados em ajuda mútua, apresentam, como mostrou-se até aqui, resultados diversos.

O trabalho institucionalizado hoje criado a partir dos interesses do grupo dominante, é tido como um instrumento do próprio Estado para fortalecer o sistema de acumulação capitalista vigente no país. Procura manter o agricultor na situação de espoliado em que vive, sem fornecer-lhe uma educação cooperativista, tida como imprescindível à formação de uma consciência individual e coletiva, possibilitando seu crescimento paralelo ao da cooperativa e favorecendo mudanças, pelo menos a nível de comunidade.

O trabalho comunitário, não institucionalizado, apresenta-se de forma inversa.

Como vimos, esse trabalho teve sua origem a partir dos camponeses e de seus problemas embora com o incentivo da Igreja. Funciona buscando dar aos agricultores, educação e formação de uma consciência, favorecendo o seu crescimento como indivíduo e com isto propiciando-lhes buscar, a partir das mudanças ocorridas em suas vidas e da comunidade, mudanças mais amplas tendo esperanças numa sociedade melhor.

Entretanto, com relação ao cooperativismo, estudos têm constatado que o projeto "utópico" que lhes deu origem sucumbiu na medida em que as estruturas de poder, à época de seu desenvolvimento, o ajustaram aos moldes ideais à manutenção dessa própria estrutura.

O cooperativismo institucionalizou-se e foi difundido para todo o mundo, teoricamente, dentro dos princípios dos pioneiros e como elemento gerador de mudanças sociais que viriam beneficiar a classe proletária. Mas, na prática, o cooperativismo à medida que se institucionalizou, e o fez de acordo com os interesses da classe dominante, perdeu a força da utopia que lhe deu origem e deixou de representar um instrumento de mudança, passando também a fortalecer o sistema vigente.

Na cooperativa estudada os fatos vêm corroborar os conhecimentos já acumulados. Os agricultores, por exemplo, afirmam que a cooperativa não lhes trouxe nenhuma mudança de vida e quando alguns dizem que trouxe, vê-se que são inexpressivas, mesmo para eles e sem significado social:

"não mudou nada, só entrei pra satisfazer os amigos, nem me adiantou nem atrasou".

(... entrevistado)

"não houve mudanças para mim, mas a volta da cooperativa me alegrou, traz benefícios pra cidade".

(... entrevistado)

"mudou porque ajuda nas compras e a gente tem a semente selecionada".

(... entrevistado)

Afirmam também que não teriam desvantagens se deixassem de ser sócios e que a cooperativa não resolve os problemas dos agricultores:

"a desvantagem que tinha era pra cidade porque a cooperativa é uma grandeza".

(... entrevistado)

"num tinha desvantagem, até aqui num tá me atacando em nada".

(... entrevistado)

"tinha a desvantagem porque não tinha mais a semente selecionada".

(... entrevistado)

"não tinha desvantagens, tenho outras atividades do meu sustento".

(... entrevistado)

"a cooperativa só resolve problemas se for de compras, às vezes mais barato que no mercado".

(... entrevistado)

"meus problema é resolvido por mim mesmo, a cooperativa é pra encontrar amigos e comprar alguma coisa mais barato".

(... entrevistado)

Se eles não entendem o sentido do pensamento cooperativista não podem, com consciência, avaliar se o cooperativismo teria ou não força para mudar o sistema, isso sabe-se de antemão, mas suas respostas à questão sobre mudanças na realidade concreta do homem do campo deixam claro, seu conformismo, sua ignorância e alienação:

"tem pano pra's mangas, o governo tá oferecendo".

(... entrevistado)

"não chega a tanto, mas melhora muito, só precisa de mais dinheiro, de mais capital".

(... entrevistado)

"o governo tem dado a maior ajuda, se o chefe quizer, num quero atacar ninguém, o agricultor é inocente e incabulado, mas o chefe não, então se ele quizer..."

(... entrevistado)

É interessante observar que o cooperativismo na área das Comunidades Eclesiais de Base é bastante desacreditado, tanto pelo entendimento que têm do jogo do próprio sistema como pela experiência negativa que tiveram:

"a Cooperativa de Guaramiran - ga foi muito procurada pelo povo da Serra que quiz colocar sua produção lá, mas os dirigentes - gente formada, advogados, agrônomos - açambarcaram tudo, não pagaram, não prestaram conta ao povo e houve afastamento e decepção... hoje ela existe como uma coisa fantasma -

ma, usufruindo verbas de fora, mas o povo... sempre matando".
(... entrevistado)

E quando se indaga se o trabalho ora desenvolvido poderia vir a formar uma cooperativa, a resposta é sempre a mesma:

"sô se fosse uma cooperativa criada por nós e dirigida por nós".
(... entrevistado)

A "bodega comunitária" que está sendo desenvolvida poderia ser um primeiro passo, mas a posição deles é de que se entrar nos moldes governamentais aparecerá o intermediário e mais alguém para açambarcar tudo. Eles têm consciência disso e projetam a coisa de outra forma mais ou menos paralela, se resguardando de uma institucionalização que pudesse vir a abalar os princípios da ação comunitária:

*"a gente tem esperança que a bo-
 dega comunitária seja um ger-
 me, não de uma cooperativa, mas
 de um tipo de sociedade anôni-
 ma dos agricultores que o povo
 estabeleça suas próprias nor-
 mas. É importante a criação de
 leis de convivência fraterna,
 mas criada por nós. A institu-
 cionalização nos moldes vigen-
 tes é necessária por causa da
 própria estrutura que nós te-
 mos, no caso de uma escritu-
 ra de terra por exemplo, ela
 representa segurança".*
(... entrevistado)

E um agricultor diz com relação à posse de escritu-

ra:

"nós num quer escritura, nós quer é terra cum liberdade, nós quer é terra liberta, mas do jeito que nós tã, nós precisa ter a escritura".
(... entrevistado)

Então, com relação aos trabalhos comunitários que estão ainda começando a desabrochar e poucos estudos sobre os aspectos sociológicos têm sido realizados, observa-se que à medida que se expandem e libertam os camponeses do jugo dos poderosos, começam a sofrer algumas pressões da classe dominante, tanto na pessoa do patrão como do poder local e até estadual através de órgãos de segurança pública.

Se as recebem é porque já começam a introduzir, a nível de comunidades, determinadas mudanças e a incomodar os detentores do poder.

Para se desenvolverem e firmarem precisam criar uma série de normas que os oriente e lhes trace um roteiro a seguir. Esse roteiro pode ser um projeto "utópico" que buscava uma realização concreta.

No entanto, à medida que o projeto desenvolve-se, baseado em normas que orientam os passos dos camponeses há o risco de se institucionalizar forçosamente dentro dos interesses da classe dominante e deixar de ser considerado um trabalho representante da classe oprimida e um instrumento de mudança social.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Este estudo procurou analisar alguns aspectos do trabalho associativo em suas formas, cooperativa e comunitária.

Os dados da pesquisa conduziram aos objetivos propostos na medida em que permitiram um certo grau de generalização e possibilitaram chegar a algumas conclusões.

A utopia cooperativista como pudemos constatar, não pode concretizar-se sendo destruída pela opressão do capitalismo emergente na Europa.

No Brasil, se bem que não existisse um pensamento utópico estruturado para dar início ao cooperativismo, mas uma cópia da prática européia, maiores razões não teria para conseguir sobreviver ao mesmo sistema capitalista.

A classe trabalhadora, sem nenhum projeto concreto que permitisse sua organização como classe para lutar pelos seus interesses, lançou-se num empreendimento que não podia desenvolver sozinha. Buscou o apoio estatal que median

te suas necessidades institucionalizou-o. Essa institucionalização transformou, muito rapidamente, uma incipiente ação da classe trabalhadora em uma ação concreta da classe dominante.

A Cooperativa de Esperança já imbuida de toda a institucionalização governamental demonstra, de sua criação à sua prática, está mais voltada para os interesses de uma classe privilegiada que de certa forma detem o poder econômico local.

Por outro lado as Comunidades Eclesiais de Base tem procurado concretizar sua utopia de libertação.

Com o apoio da Igreja como elemento catalizador, a ação comunitária tem se desenvolvido buscando refletir sobre sua real condição de vida dentro da sociedade global, procurando de certo modo fugir à institucionalização que se lhe apresenta.

Exemplo típico disto foi constatado na Comunidade do Fernandes quando rejeita a idéia da criação de uma cooperativa em sua forma legal por ferir aos interesses de sua classe e reforçar os interesses dos poderosos.

Isso acontece, por fazer parte do próprio desenvolvimento do trabalho a formação de uma consciência entre os trabalhadores.

Paralelo a toda vivência religiosa através de missas, reflexões bíblicas, cantos e festas religiosas, há a preocupação de educar a consciência do trabalhador frente aos problemas gerados pela sociedade e que vão de encontro aos seus anseios de uma sociedade mais justa e fraterna.

Já na prática cooperativista os interesses da classe trabalhadora não existem. A classe deve permanecer na condição alienante que a caracteriza continuando subordinada aos interesses dos detentores do poder que dela necessitam

para reforçar-se e reproduzir-se.

Por fim podemos constatar que no contexto da sociedade capitalista brasileira tem sido aberto um espaço, se bem que limitado, para o desenvolvimento de um movimento social associativista.

Através de uma utopia praticada os trabalhos comunitários estão tomando vulto. Com a nova visão da Igreja de lutar ao lado das camadas populares, os trabalhos comunitários podem ser tomados como instrumento de mudança.

Óbvio que não seria através apenas do número atual de pessoas envolvidas, mas como o movimento é relativamente novo e já incomoda à classe dominante podemos esperar algo mais concreto.

LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA
NOVAS PESQUISAS

LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS

A pesquisa que ora concluímos é um estudo limitado, não devendo ser considerada um trabalho acabado, mas um primeiro passo em direção ao conhecimento sobre o ângulo tomado que necessita ser aprofundado.

O cooperativismo de modo geral tem sido objeto de inúmeros estudos como já frisamos na Introdução, entretanto, a ação comunitária sendo relativamente nova, um processo em andamento, necessita ser mais estudada.

Assim sugerimos que novas pesquisas sejam realizadas visando um aprofundamento sobre o tema e um acompanhamento do desenvolvimento da ação comunitária, inclusive tomando-a também de forma quantitativa, forma esta que deliberadamente excluimos aqui, deixando-a para estudos posteriores.

A N E X O S

A N E X O - I -

- ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DAS ENTREVISTAS APLICADAS AOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE ESPERANÇA.

- 1 - Nome; Idade; Estado Civil; N° de filhos; Grau de Instrução; Religião;
- 2 - É proprietário? Nome da Propriedade; Tamanho; Município;
- 3 - Ano que associou-se?
- 4 - Como era a cooperativa no início?
- 5 - A partir do interesse de quem, foi criada a cooperativa?
- 6 - O que levou-o a associar-se?
- 7 - O que significa a cooperativa para o senhor?
- 8 - O que entende sobre trabalho cooperativo?

- 9 - O que o leva à cooperativa?
- 10 - Quantas vezes por mês vai à cooperativa?
- 11 - Qual sua ligação com os outros associados?
- 12 - A cooperativa recebe sua produção?
- 13 - Estimula-o?
- 14 - Dá orientação técnica?
- 15 - Fornece implementos agrícola?
- 16 - Facilita os empréstimos em bancos?
- 17 - Como se faz a transação?
- 18 - A cooperativa realiza reuniões para discutir o trabalho com os sócios?
- 19 - O senhor se interessa pelo movimento da cooperativa?
- 20 - O senhor entende o funcionamento da cooperativa?
- 21 - A quem pertence a cooperativa?
- 22 - Já leu ou entende algo sobre o estatuto da terra?
- 23 - A cooperativa promove sua discussão?
- 24 - A sua associação à cooperativa trouxe alguma mudança para o senhor (econômico - social ou político)?
- 25 - Se deixasse de ser sócio, que desvantagens te

ria?

- 26 - Acha que a cooperativa está voltada para o bem e o interesse dos associados?
- 27 - A cooperativa resolve os problemas do agricultor?
- 28 - Acha que o cooperativismo é capaz de mudar a realidade do homem do campo?

- ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DAS ENTREVISTAS APLICADAS AOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE DO FERNANDES.

- 1 - Nome; Idade; Estado Civil; Nº de filhos; Grau de Instrução; Religião;
- 2 - É proprietário? Nome da Propriedade; Tamanho; Município;
- 3 - Há quanto tempo existe o trabalho comunitário?
- 4 - Como nasceu?
- 5 - Faz parte dele desde o início?
- 6 - Há quanto tempo entrou-se?
- 7 - O que levou-o a isso?
- 8 - Como é o trabalho?
- 9 - Acha que o trabalho tem melhorado a vida dos agricultores?
- 10 - Em que?

- 11 - Se não existisse como seria a vida dos agricultores?
- 12 - Qual a influência da Igreja no trabalho?
- 13 - Poderia ter surgido sem a Igreja?
- 14 - Poderia sobreviver sem a Igreja?
- 15 - Como é o relacionamento da comunidade com:
a política local?
a cidade de Aratuba?
as outras comunidades?
os patrões?
- 16 - Os que não são proprietários; onde trabalham e em que regime?
- 17 - O que vocês produzem?
- 18 - O que fazem com o produto?
- 19 - Vocês tem farmácia comunitária?
- 20 - Vocês tem roçado comunitário?
- 21 - Como funcionam?
- 22 - Com esse trabalho comunitário o que vocês pretendem conseguir para o camponês?
- 23 - Pretendem modificar a sociedade, o sistema?
- 24 - Como irá funcionar essa "feirinha" de frutas e verduras que se pensa criar em abril de 1983?
- 25 - Qual seu principal objetivo?
- 26 - Acha benéfico para os agricultores locais e

para a população?

27 - Poderia ser um primeiro passo para a criação de uma cooperativa?

28 - O que mais seria necessário?

- ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DA ENTREVISTA APLICADA AO PRESIDENTE DA COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE ESPERANÇA.

1 - Nome; Idade; Estado Civil; N° de filhos; Grau de Instrução; Religião;

2 - É proprietário? Nome da Propriedade; Tamanho; Município;

3 - Ano que associou-se?

4 - A partir do interesse de quem, foi criada a cooperativa?

5 - Quem foram os fundadores?

6 - Qual a profissão ou ocupação deles além de agricultores?

7 - Algum deles era político ou tinha vinculações políticas?

8 - Qual o número de sócios na época?

9 - Por que o empreendimento não deu certo?

10 - Quando se começou a verificar que não estava dando certo?

11 - Quantos sócios tinha quando praticamente fe-

chou?

- 12 - O que levou os agricultores locais a tentar reerguer a cooperativa?
- 13 - Essas pessoas tinham alguma outra ocupação além de agricultores?
- 14 - O que levou-o a atender o pedido de assumir a presidência da cooperativa?
- 15 - O senhor entendia de cooperativismo?
- 16 - Se não entendia: hoje acha que entende?
- 17 - Como é o seu trabalho na cooperativa?
- 18 - Em que o senhor acha que ajuda os agricultores?
- 19 - Como é o seu relacionamento com eles?
- 20 - Qual o seu relacionamento com o poder local e estadual?
- 21 - O que o senhor tem conseguido para a cooperativa com a ajuda desses poderes?
- 22 - O senhor acha que esses empreendimentos são os mais necessários para o agricultor? Ele foi consultado?
- 23 - O senhor acha que sua patente tem alguma influência nos recursos que tem obtido?

- ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DA ENTREVISTA APLICADA AO PA-
DRE DE ARATUBA.

1 - Nome; Grau de Instrução;

- 2 - É proprietário? Nome da Propriedade; Tamanho; Município; como usa a propriedade?
- 3 - Quando começou o trabalho comunitário aqui?
- 4 - Como vem se desenvolvendo?
- 5 - Acha que o trabalho tem melhorado a vida dos agricultores? Em que?
- 6 - Acha que pode levar a mudanças mais amplas, a nível de sociedade? Como?
- 7 - Existe alguma cooperativa nas redondezas?
- 8 - Os agricultores daqui são associados? Por que?
- 9 - Não têm intenção de criar aqui uma cooperativa?
- 10 - A feirinha de frutas e verduras que pretendem criar seria um primeiro passo?
- 11 - Como se dá o relacionamento dos agricultores locais com o sindicato?
- 12 - E com o poder local?
- 13 - Existem muitos conflitos? De que natureza?
- 14 - Acha que esse trabalho pode ser considerado uma utopia?
- 15 - Em que sentido?

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem do Nordeste. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1973.

_____ A Reforma Agrária ainda é necessária? Ed. Guararapes. Recife, 1981.

ASSUMPÇÃO, Leilah. A Cooperativa do Trabalhador. Dissertação de Mestrado (mimeo). Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1978.

BARREIRO, Julio. Educação Popular e Conscientização. Ed. Vozes. Petrópolis, 1980.

BETTO, Frei. O que é Comunidade Eclesial de Base. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1981.

BLAU, P. M. e SCOTT, W. R. Organizações Formais. Ed. Atlas. São Paulo, 1970.

BORDA, O. F. Formación y Deformación de la Política Cooperativa en America Latina. Genebra, 1970.

- CAMARGO, Cândido P. Ferreira de. A Igreja e o Povo. Novos Estudos Cebrap, Vol. 1, 2. Abril, 82. São Paulo, 1982.
- CARDOSO, Ruth. Duas Faces de uma Experiência. Novos Estudos Cebrap, vol. 1, 2. Abril, 82. São Paulo, 1982.
- CARNEIRO, Palmyos Paixão. Co-operativismo: o Princípio Co-operativo e a Força Existencial-Social do Trabalho. FUNDEC. Belo Horizonte, 1981.
- CASTRO, Ana Maria e DIAS, Edmundo F. Introdução ao Pensamento Sociológico. Livraria Eldorado. Rio de Janeiro, 1976.
- CASTRO, Claudio Moura. A Prática da Pesquisa. Ed. McGrawHill do Brasil. São Paulo, 1977.
- COELHO, Teixeira. O que é Utopia. Editora Brasiliense. São Paulo, 1980.
- DESROCHE, Henry (Coordenador) Archives Internationales de Sociologie de la Coopération et du Développement, n° 41-42 Janvier-Décembre. Paris, 1977.
- _____ Palestra proferida e publicada no Jornal Cooperação, outubro. São Paulo, 1980.
- FERNANDES, Florestan. Comunidade e Sociedade: Leituras sobre Problemas Conceituais, Metodológicos e de Aplicação. Com. Editora Nacional. São Paulo, 1973.
- _____ Mudanças Sociais no Brasil. Dif. Européia do Livro. Rio de Janeiro, 1974.
- FERREIRA, Francisco de Paula. Teoria Social de Comunidade. Editora Herder. São Paulo, 1968.
- FOLLMANN, José Ivo. Participação Cooperativa e Mudança Social. Revista Perspectiva Econômica, Ano XV, vol. 10, n° 27. São Leopoldo. São Paulo, 1980.

FURTADO, Celso. Análise do "Modelo" Brasileiro. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1975.

FURTER, Pierre. Dialética da Esperança. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1974.

_____ Educação e Reflexão. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 1971.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática de Liberdade. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1976.

_____ Educação e Mudança. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

GALLIANO, A. Guilherme. Introdução à Sociologia. Harper e Row do Brasil. São Paulo, 1981.

GINES, Jesus e outros. Participação e Integración Nacional. Ed. del Pacifico. Chile, 1974.

GOOD, William J. e HATT, Paulo K. Métodos em Pesquisa Social. Com. Editora Nacional. São Paulo, 1972.

GUIMARÃES, Almir Ribeiro. Comunidades de Base no Brasil. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 1978.

GURVITCH, Georges. La Vocation Actuelle de la Sociologie. PUF Paris, 1957.

_____ A Sociologia de Karl Marx. Ed. Anhembi. São Paulo, 1960.

IANNI, Octávio. Relações de Produção e Proletariado Rural, in Vida Rural e Mudança Social de Oríswaldo Queda. Ed. Nacional. São Paulo, 1976.

_____ Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1977.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, A-
reia - Paraíba, 1980.

INCRA. Brasília. Cooperativismo no Brasil. Brasília, 1980.

KAPLAN, Abraham. A Conduta na Pesquisa: Metodologia para as
Ciências do Comportamento. Ed. McGraw-Hill do Brasil. São
Paulo, 1975.

LEI 5.764 de 16/12/1971.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Cooperativismo e Reprodução Cam-
ponesa, in Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Bra-
sil. Cortez Editora. São Paulo, 1981.

LUIZ FILHO, Fábio. Sinopse do Movimento Cooperativo Brasilei-
ro. Ministério da Agricultura - Serviço de Informações A-
grícolas. Rio de Janeiro, 1960.

MANHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Zahar Editores. Rio de Ja-
neiro, 1972.

MARINS, José. Puebla e as Comunidades Eclesiais de Base. Edi-
ções Paulinas, nº 12. São Paulo, 1980.

_____ Metodologia Emergente das Comunidades Eclesiais de
Base. Edições Paulinas, nº 13. São Paulo, 1980.

_____ Comunidades Eclesiais de Base: Foco de Evangeliza-
ção e Libertação. Edições Paulinas, nº 14. São Paulo, 1980

MATO, Manoel Andres. A Cooperativa Agrícola na Dinâmica So-
cial. Cadernos do CEAS, Set./Out. Salvador, 1974.

MELO, Luiz Gonzaga. Ideologia Dominada, Ideologia Dominan-
te e Consciência de Classe: um estudo de caso sobre Comu-
nidades Eclesiais de Base. Dissertação de Mestrado (mi-
meo). Campina Grande, Paraíba, 1981.

MELO, Nely de Lima. Em Busca da Libertação: Fernandes, uma
Comunidade Eclesial de Base. Dissertação de Mestrado (mi-
meo). João Pessoa, Paraíba, 1981.

- MOURA, Waldik. Caráter e Tendências do Movimento Cooperati -
vo no Brasil, in A Problemática Cooperativista no Desen -
volvimento Econômico. Coletânea publicada com a colabora -
ção da Fundação Friedrich Naumann, Bonn - Alemanha. São
Paulo, 1973.
- NOVAES, José Roberto. Cooperativismo: Acumulação e Mudança
Social, in Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Bra -
sil. Cortez Editora. São Paulo, 1981.
- OLIVEIRA, Nestor Braz. Cooperativismo: Guia prático. Funda -
ção para o Desenvolvimento de Recursos Humanos. Porto Ale -
gre, 1979.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião - Planeja -
mento e Conflito de Classes. Ed. Paz e Terra. Rio de Ja -
neiro, 1977.
- PEREIRA, Bresser. As Revoluções Utópicas na Igreja - A Revo -
lução Estudantil. Ed. Vozes. Petrópolis, 1979.
- PESSOA, Walter José O. da Veiga. Percepção de Poder e Parti -
cipação em uma Cooperativa Agrícola do Estado de Pernambu -
co. Dissertação de Mestrado (mimeo). Viçosa, Minas Ge -
rais, 1981.
- PINHO, Diva Benevides. Economia e Cooperativismo. Edição Sa -
raiva. São Paulo, 1977.
-
- A Doutrina Cooperativa e a Problemática do Desen -
volvimento Econômico, in A Problemática Cooperativista no
Desenvolvimento Econômico. Coletânea publicada com a cola -
boração da Fundação Friedrich Naumann, Bonn - Alemanha .
São Paulo, 1973.
- PINHO, Carlos Marques. O Estado Brasileiro e as Cooperativas
in A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econô -
mico. Coletânea publicada com a colaboração da Fundação
Friedrich Naumann, Bonn - Alemanha. São Paulo, 1973.

POULANTZAS, Nicos. As Teorias Sociais no Capitalismo Hoje .
Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1975.

PRADO JR., Caio. A Questão Agrária. Ed. Brasiliense. São
Paulo, 1981.

REGO, José de Jesus Moreira de Moraes. Cooperativismo no
Tempo. SUDENE. Recife, 1977.

RIESMAN, D. Individualism Reconsidered. New York, 1954.

RIOS, Gilvando Sã Leitão. Cooperativas Agrícolas no Nordes -
te Brasileiro e Mudança Social. Dissertação de Mestrado
(mimeo). Piracicaba, São Paulo, 1976.

_____ Prê-Cooperativismo: Etapa Queimada, in A Proble-
mática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. Cole-
tânea publicada com a colaboração da Fundação Friedrich
Naumann, Bonn - Alemanha. São Paulo, 1973.

SÁ JR., Francisco. Desenvolvimento da Cultura Nordestina e
a Função das Atividades de Subsistência, in Relações
Cebrap, 1. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1977.

SCHNEIDER, João Elmo. Desenvolvimento Capitalista e Coopera-
tivismo no Brasil. Centro de Estudos e Pesquisas Rurais
- CEPER. Brasília, 1979.

_____ O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do
Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso brasileiro
in Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. Cortez
Editora. São Paulo, 1981.

SELLTIZ, C. e outros. Métodos de Pesquisa nas Relações So-
ciais. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo.
1967.

SIEGEL, Sidney. Estatística Não-Paramétrica para as Ciên-
cias do Comportamento. Ed. McGraw-Hill do Brasil. São
Paulo, 1975.

SUDEC - Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará, Fortaleza, 1980.

SUDENE, Recife. Avaliação Preliminar do Desenvolvimento do Cooperativismo no Nordeste. Recife, 1970.

IIIº Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste. Recife, 1968.

WIRTH, Louis. Delineamento e Problemas da Comunidade, in Comunidade e Sociedade. Com. Editora Nacional. São Paulo, 1973.

WOLF, Eric. Revoluções Sociais no Campo, in Vida Rural e Mudança Social. Com. Editora Nacional. São Paulo, 1973.